



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO SUL – SR (16)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010

MARÇO/2011



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO SUL – SR (16)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010 e das orientações dos órgãos de Controle Interno.

Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul

Superintendente Regional: Manuel Furtado Neves

Procuradoria Federal Especializada

Procurador Chefe: Nézio Nery de Andrade

Divisão de Administração

Chefe de Divisão: Annie Muzzi Borges

Divisão de Desenvolvimento

Chefe de Divisão: Daniel Tadao Yamamoto

Divisão de Obtenção

Chefe de Divisão: Antonio Claret

Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

Chefe de Divisão: Washington Willeman de Souza

Missão

*“Implementar a política de reforma agrária e
realizar o ordenamento fundiário nacional,
contribuindo para o desenvolvimento rural
sustentável.”*

Visão de Futuro

*“Ser referência internacional de soluções de
inclusão social.”*

www.incra.gov.br

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AGRAER – Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural
APP - Área de Preservação Permanente.
ATES - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar.
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal.
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural.
CCU - Contrato de Concessão de Uso.
CGU - Controladoria Geral da União.
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais.
COAAMS - Centro de Organização e Apoio aos Assentados em Mato Grosso do Sul
CPL - Comissão Permanente de Licitação
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DN - Decisão Normativa DOU - Diário Oficial da União
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global).
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IN - Instrução Normativa.
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias.
LIO - Licença de Instalação e Operação.
LOA - Lei Orçamentária Anual.
LP - Licença Prévia.
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.
MP - Medida Provisória.
NE - Norma de Execução.
PA - Projeto de Assentamento.
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento.
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural.
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária.
PO - Programação Operacional
PPA - Plano Plurianual.
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento.
PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada.
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.
RG - Relatório de Gestão.
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.
SDH –Serviço de Desenvolvimento Humano
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais.
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse.
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal.

SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária.
SIR - Sistema de Informações Rurais.
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar.
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural.
SR-16/MS - Superintendência Regional do INCRA em Mato Grosso do Sul
TCE - Tomada de Contas Especiais.
TCU - Tribunal de Contas da União.
TD - Título Definitivo.
TDA - Título da Dívida Agrária.
TI - Tecnologia da Informação.
UG - Unidade Gestora.
UGR - Unidade Gestora Responsável.
UJ - Unidade Jurisdicionada.
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento.
UO - Unidade Orçamentária.

LISTA DE TABELAS, QUADROS E DECLARAÇÕES

TABELAS

- Tabela I - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8384 - Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária
- Tabela II - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8384
- Tabela III – Áreas aguardando pagamento em dezembro de 2010
- Tabela IV - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação – 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais
- Tabela V - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8387
- Tabela VI – Relação de áreas vistoriadas para fiscalização da função social em dezembro de 2010
- Tabela VII– Áreas avaliadas em 2010
- Tabela VIII – Relação de áreas vistoriadas e avaliadas em conjunto no ano de 2010
- Tabela IX – Relação de acompanhamento de perícias judiciais no ano de 2010
- Tabela X – Resumo das vistorias realizadas em 2010
- Tabela XI - Execução Física das Ações realizadas pela UJ na Ação 8374 – Licenciamento Ambiental de Assentamentos da Reforma Agrária
- Tabela XII - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8374
- Tabela XIII - Execução Física das Ações realizadas pela UJ na Ação 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais Para a Reforma Agrária
- Tabela XIV - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4460
- Tabela XV – Relação de imóveis adquiridos em 2010
- Tabela XVI - Execução Física das Ações realizadas na ação 2272 do Programa 135
- Tabela XVII - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272 do Programa 135
- Tabela XVIII - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento do Programa 0137
- Tabela XIX - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na ação 8396
- Tabela XX - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8398- Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento
- Tabela XXI - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na ação 8398- Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento
- Tabela XXII - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento
- Tabela XXIII - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4358- Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento
- Tabela XXIV - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 10YN – PAC – Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária
- Tabela XXV - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 10YN – PAC – Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária.
- Tabela XXVI – Saneamento básico – Rede para abastecimento de água
- Tabela XXVII – Construção de cisternas em Corumbá/MS
- Tabela XXVIII - Assistência Técnica contratada
- Tabela XXIX– Recuperação de Solo
- Tabela XXX – Obras de Cunho Social – Escolas
- Tabela XXXI - Obras de Cunho Social – Centros Comunitários

Tabela XXXII- Obras de Apoio Produtivo – Resfriadores de Leite.

Tabela XXXIII - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2B06 – Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Tabela XXXIV - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2B06

Tabela XXXV - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias.

Tabela XXXVI – Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias.

Tabela XXXVII - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272- Gestão e Administração do Programa.

Tabela XXXVIII - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272- Gestão e Administração do Programa.

Tabela XXXIX - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro do Programa 0138

Tabela XL - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro do Programa 0138.

Tabela XLI -. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.

Tabela XLII. Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.

Tabela XLIII - Execução Física das Ações realizadas pela UJ na Ação 2110- Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Tabela XLIV - Execução Financeiro-orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Tabela XLV - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272 – Programa 138.

Tabela XLVI - Execução Orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 2272 – Programa 138.

Tabela XLVII - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4572 -Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.

Tabela XLVIII - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4572 - Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.

Tabela XLIX - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Tabela L - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2109

Tabela LI - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos

Tabela LII - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 1642 - Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Tabela LIII - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 0859 – Pagamento de indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos.

Tabela LIV - Execução Financeiro-orçamentária por Natureza de Despesa da Ação 0859 - Pagamento de indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Tabela LV - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Tabela LVI - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.

Tabela LVII - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.

Tabela LVIII - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272

Tabela LVIX - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4470- Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.

Tabela LX - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.

Tabela LXI - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272

Tabela LXII - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272.

Tabela LXIII - Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2000 - Programa 0750.

Tabela LXIV - Execução Financeiro-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 2000.

QUADROS

Quadro 1- Identificação da UJ - relatório de gestão individual.

Quadro 2- Movimentação orçamentária por grupo de despesa.

Quadro 3 - Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação.

Quadro 4 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Quadro 5 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação.

Quadro 6 – Indicadores institucionais.

Quadro 7 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recurso.

Quadro 8 – Informações sobre a movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.

Quadro 9 - Composição do quadro de recursos humanos – Situação apurada em 31/12/2010.

Quadro 10 - Composição do quadro de recursos humanos por faixa etária - situação apurada em 31/12/2010.

Quadro 11 - Composição do quadro de recursos humanos por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2010.

Quadro 12 - Composição do quadro de servidores inativos -situação apurada em 31/12/2010.

Quadro 13 - Composição do quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2010.

Quadro 14 - Composição do quadro de estagiários.

Quadro 15 – Composição do quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Quadro 16 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva.

Quadro 17 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão De Obra.

Quadro 18 - Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviço com Locação de Mão de Obra

Quadro 19 - Caracterização dos Instrumentos De Transferências Vigentes no Exercício de Referência.

Quadro 20 - Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.

Quadro 21 - Resumo dos Instrumentos de Transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.

Quadro 22- Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.

Quadro 23 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Quadro 24 - Estrutura de controles internos da UJ.

Quadro 25 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.

Quadro 26 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

Quadro 27 – Distribuição dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ terceiros.

Quadro 28 - Discriminação espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União sob responsabilidade da união sob responsabilidade da UJ.

Quadro 29 - Gestão de TI da UJ.

Quadro 30 – Cartões de pagamento do Governo Federal.

Quadro 31 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro 32 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

PARTE B. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

DECLARAÇÕES

Declaração 1. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse.

Declaração 2. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8730, de 10 de Novembro de 1993.

Declaração 3. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanço Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320 de 17/3/1964).

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL	17
1.Identificação de Relatório de Gestão Individual	17
2.Objetivos e metas institucionais	20
2.1Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.	22
2.2Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	23
2.2.1.Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	23
2.2.2.Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	23
2.2.3.Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	24
2.2.4.Divisão de Gestão Administrativa	25
2.3Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	26
2.3.1Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	26
Principais Ações do Programa.....	27
2.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária	27
2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	30
2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária..	35
2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária.....	37
2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	38
2.3.2Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....	40
Principais Ações do Programa.....	401
2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento	41
2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	42
2.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol	44
2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	45

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária	46
2.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	53
2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas.....	55
2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	58
2.3.3- Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	60
Principais Ações do Programa.....	60
2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	60
2.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural.....	62
2.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional.....	62
2.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	64
2.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	65
2.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas	65
2.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	66
2.3.4Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	67
Principais Ações do Programa.....	68
2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	68
2.3.5Programa 1120 – Paz no Campo	69
Principais Ações do Programa.....	69
2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	70
2.3.6Programa 1336 – Brasil Quilombola.....	72
Principais Ações do Programa.....	73
2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	73
2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	75
2.3.7Programa 1350 – Educação no Campo	76

Principais Ações do Programa.....	767
2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo.....	77
2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	77
2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	78
2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	80
2.3.8.Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	81
Principais Ações do Programa.....	81
2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados.....	82
2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa.....	85
2.3.9. Programa 0750 – Apoio Administrativo	86
2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade.....	87
2.4Desempenho Orçamentário/Financeiro	88
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa	88
2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias	88
2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes	888
2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.....	88
2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	88
2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	89
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	90
2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	90
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	91
2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	92
2.4.2.4. Análise Crítica	93
2.4.3. Indicadores Institucionais	94

3.Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	102
3.1Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	102
4.Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	103
5.Informações sobre Recursos Humanos da unidade	104
5.1Composição do quadro de servidores ativos	104
5.1.1Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010	105
5.1.2Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária -	105
5.1.3Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade -	106
5.2Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas.....	106
5.2.1Composição do Quadro de Servidores Inativos	106
5.2.2Composição do Quadro de Instituidores de Pensão	106
5.3 Composição do quadro de estagiários.....	107
5.4Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	108
5.4.1Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	108
5.5Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	110
5.5.1Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	110
5.5.2Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	112
5.5.3Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	115
5.6.Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	116
6.Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência	117
6.1Transferências efetuadas no exercício	117
6.1.1Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	117
6.1.2Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	121
6.1.3.Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes.....	122

6.1.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse	123
6.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.....	124
6.1.6 Análise Crítica	125
7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.....	126
8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	127
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	127
9.1 Estrutura de controles internos da UJ	128
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	130
10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis	130
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.	132
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	132
11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união.....	132
11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	132
11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ	133
11.1.4 Análise crítica:	133
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	134
12.1 Gestão de TI da UJ.....	134
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	135
14. Informações sobre Renúncia Tributária.....	136
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.....	137
15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	137

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	138
15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	139
Parte B - Informações Contábeis da Gestão	148
16. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e odemonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.....	1488
17.Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).	149
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA	153
19.Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:.....	157
20.Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	158

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1- Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério de Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: INCRA – Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul			
Denominação abreviada: INCRA/SR-16(MS)			
Código SIORG: 1799		Código LOA: 99999	Código SIAFI: 373058
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder executivo			
Principal Atividade: Administração pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(67)33203800	(67) 33825358	(067)33203828
E-mail: gabinete@cpe.incra.gov.br			
Página na Internet: http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Afonso Pena, nº 2403, Centro, CEP 79002-073, Campo Grande - MS			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.812 de 3/4/2010 e Portaria nº 20 de 8/4/2010 - Regimento Interno do INCRA - Estrutura Regimental do INCRA.			
PRINCIPAIS INSTRUÇÕES NORMATIVAS:			
IN 36 DE 20/11/2006 - Estabelece diretrizes para descentralização das decisões, fixa as alçadas decisórias dos órgãos colegiados e o fluxo de procedimentos relativos à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.			
IN 38 de 13/3/2007 - Dispõe sobre normas do INCRA para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária.			
IN 39 de 11/6/2007 - Trata do programa de consolidação e emancipação (auto-suficiência) dos assentamentos resultantes da reforma agrária - PAC no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.			
- IN 47 de 16/9/09 - Estabelece diretrizes para supervisão da situação ocupacional em projetos de reforma agrária, retomada de parcelas ocupadas irregularmente e sua destinação para assentamento de agricultores (as).			
IN 51 De 25/5/2009 - Altera Anexo I (formulário de Inscrição da Unidade Familiar ao Programa Nacional de Reforma Agrária) da Instrução Normativa nº 38 de 13/3/2007, com o acréscimo de folha complementar para registrar os integrantes da unidade familiar no acesso de políticas públicas.			
IN 54 de 22/7/2009 - Fixa valores e normas gerais para a implementação do Crédito Instalação aos beneficiários dos projetos da Reforma Agrária.			
IN 55 de 3/8/2009 - Estabelece diretrizes para realização do Monitoramento e Avaliação das principais ações desenvolvidas pelo INCRA e dá outras providências.			

IN 57 de 20/10/2009 - Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinstituição, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887 de 20/11/2003.

PRINCIPAIS NORMAS DE EXECUÇÃO:

NE 69 de 12/3/2008 - Dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de Reforma Agrária.

NE 70 de 12/5/08 - Dispõe sobre procedimentos operacionais e administrativos para identificar e corrigir inconsistências referentes aos critérios de elegibilidade na seleção de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária.

NE 71 de 12/5/2008 - Estabelece critérios e procedimentos referentes à Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES.

NE 74 de 25/6/2008 - Dispõe sobre os procedimentos para a análise de legitimidade de pagamentos decorrentes de decisões judiciais por meio de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor - RPV.

NE 77 de 29/9/2008 - Altera os valores de Assessoria Técnica Social e Ambiental - ATES para os projetos de assentamento da Reforma Agrária.

NE 80 de 26/01/2009 - Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação e Atualização Cadastral de Imóveis Rurais, disposto no § 1º, do artigo 9º, do Decreto 4.449 de 30/10/2002, alterado pelo Decreto 5.570 de 31/10/2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

NE 83 de 26/5/2009 - Estabelece procedimentos administrativos e técnicos nas ações de obtenção de terras para assentamento de trabalhadores rurais.

NE 84 de 2/9/2009 - Estabelece o fluxo operacional para concessão, aplicação, fiscalização a prestação de contas do Crédito Instalação, na modalidade Crédito Ambiental, no âmbito dos Projetos de Assentamento do Programa de Reforma Agrária.

NE 85 de 21/9/2009 - Dá nova redação ao parágrafo quarto do artigo 22 da Norma de Execução/INCRA/DD/Nº 84 de 2/9/2009, a qual estabelece o fluxo operacional para concessão, aplicação, fiscalização e prestação de contas do Crédito Instalação, na modalidade Crédito Ambiental, no âmbito dos Projetos de Assentamento do Programa de Reforma Agrária.

NE Nº 87 de 26/11/2009 - Dá nova redação aos dispositivos da Norma de Execução DT nº 69 de 12/3/2008, relacionados aos procedimentos e peças técnicas dos processos administrativos de criação de Projetos de reforma agrária.

NE Nº 88 de 23/11/2009 - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados nos casos abrangidos pela Portaria/INCRA/nº 12/2006, em que os detentores de imóveis rurais não atenderam a Intimação do INCRA e que, após a realização de diligências, não foram obtidas informações sobre o imóvel rural.

NE Nº 92 de 22/2/2010 - Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação e Atualização Cadastral de Imóveis Rurais, disposto no §1º, do artigo 9º, do Decreto 4.440 de 30/10/2002, alterado pelo Decreto 5.570 de 31/10/2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

NE Nº 93 de 19/7/2010 - Dispõe sobre a aprovação de modelos de contrato de concessão de direito real de uso para os projetos de assentamento ambientalmente diferenciados (Projeto de Assentamento Agroextrativista - PAE, Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS e Projeto de Assentamento Florestal - PAF).

NE Nº 95 de 27/8/2010 - Estabelece procedimentos administrativos e técnicos nas ações de obtenção de terras para assentamento de trabalhadores rurais.

NE Nº 96 de 15/9/2010 - Estabelece as diretrizes e procedimentos referentes a Certificação de Imóveis Rurais no INCRA disposto no Decreto 4.449 de 30/10/2002, alterado pelo Decreto 5.570 de 31/10/2005 e na Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

Obs.: Todos os principais atos normativos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA encontram-se disponíveis na página da internet.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada	
Manual de Operações do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA (Aprovado pela Portaria/INCRA/P nº 282 de 26/4/2004).	
Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial (Aprovado pela NE/INCRA/DT nº 52 de 25/10/2006).	
Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária (Elaborado em 6/2006).	
Manual Operacional de ATES (Aprovado pela NE/INCRA/DD nº 78 de 31/10/2008).	
Manual de Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas (Elaborado em 7/8/2009).	
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
373001	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Sede
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
373061	Unidade Avançada de Dourados
373060	Unidade Avançada de Jardim
373059	Unidade Avançada de Corumbá
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
373001	37201

2.Objetivos e metas institucionais

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem como finalidades:

I - promover e executar a reforma agrária visando a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;

II - promover, coordenar, controlar e executar a colonização;

III - promover as medidas necessárias à discriminação e arrecadação das terras devolutas federais e a sua destinação, visando incorporá-las ao sistema produtivo; e

IV - gerenciar a estrutura fundiária do país.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem suas atividades principais estabelecidas pela Lei nº. 4.504 de 30/11/1964 (Estatuto da Terra e legislação complementar):

I - quanto ao ordenamento da estrutura fundiária:

a) realizar estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária, de acordo com o art. 43, incisos I a IV, da Lei nº. 4.504/1964;

b) definir critérios para fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal;

c) organizar e manter atualizado o cadastro de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros rurais, bem como quaisquer outros que vise proporcionar elementos para conhecimento e correção da estrutura fundiária e sócio-econômica do meio rural;

d) identificar e classificar os imóveis que não cumprem a função social da propriedade, a pequena e média propriedade, na forma da Lei nº. 8.629 de 25/2/1993;

e) certificar o georreferenciamento dos imóveis rurais na forma do art. 3º da Lei nº. 10.267 de 28/8/2001;

f) promover a concessão, remição, transferência e extinção de aforamento de terras públicas;

g) promover a discriminação de terras devolutas da União, incorporando-as ao patrimônio público na forma da Lei nº. 6.383 de 7/12/1976;

h) regularizar as ocupações das terras na forma dos artigos. 97 a 102 da Lei nº. 4.504/1964;

i) controlar a aquisição e o arrendamento de imóveis rurais por estrangeiros; e

j) promover a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas.

II - quanto à obtenção e destinação de terras, e assentamento dos beneficiários da reforma agrária e da colonização:

- a) promover as desapropriações, por interesse social, para fins de reforma agrária e realizar outras formas de aquisição de terras necessárias às suas finalidades;
- b) criar e implantar projetos de assentamento de reforma agrária;
- c) promover a realocação de trabalhadores rurais não índios desalojados de terras indígenas;
- d) incorporar bens ao seu patrimônio, na forma do art. 17 da Lei nº. 4.504/1964 e da Lei n.º 8.257 de 26/11/1991;
- e) promover o acesso à propriedade rural, mediante a distribuição e redistribuição de terras;
- f) promover o aproveitamento sustentável do meio ambiente e dos recursos naturais nos projetos de assentamento da reforma agrária; e
- g) fixar a metodologia de aprovação e acompanhamento a ser adotada nos projetos de colonização oficial e particular.

III - quanto ao desenvolvimento dos projetos de assentamento de reforma agrária:

- a) garantir às famílias assentadas o acesso aos créditos, serviços e infraestrutura básica;
- b) promover a integração de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável dos projetos de assentamento, objetivando a consolidação do Programa de Reforma Agrária;
- c) proporcionar a educação formal em todos os níveis, ensino básico, profissionalizante de nível médio e superior, para o público da reforma agrária, visando a promoção da igualdade no meio rural; e
- d) promover o acompanhamento do desenvolvimento dos projetos de colonização oficial e particular, até a sua consolidação.

E, de acordo com o Regimento Interno autorizado pelo Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009, as Superintendências Regionais são órgãos descentralizados, os quais competem coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, tecnologia da informação, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informações do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

A Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul, vinculada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Sede, criado pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970 e estrutura regimental aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, tem como principais finalidades:

I- Promover e executar a reforma agrária no Estado de Mato Grosso do Sul, visando a melhor distribuição de terra, mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;

II- Gerenciar a estrutura fundiária do Estado;

III-Promover a implantação e desenvolvimento de novas comunidades rurais de produção através da integração de políticas públicas, garantindo às famílias assentadas o acesso aos créditos e serviços de infra-estrutura básica;

A Superintendência Regional do INCRA em Mato Grosso do Sul iniciou o exercício de 2010 com o alvo de incorporar 7.470 hectares para assentamento de aproximadamente 3.514 novas famílias, num montante orçamentário de R\$ 36.957.537,34 conforme previsto na LOA. Ocorre que com o advento do Decreto 7144/2010 e, o conseqüente corte orçamentário, este valor foi reduzido ao montante de R\$ 35.404.690,00 e o número de famílias a serem assentadas passou a 6766 famílias. O mesmo Decreto reduziu recursos nas mais diferentes ações da Superintendência.

De acordo com os dados obtidos do SIPRA foram assentadas 1449 famílias no estado. Grande parte deste contingente foi contemplada de maneira não onerosa, ou seja, retomada de lotes. Embora a SR 16 tenha desenvolvido atividades de vistoria e avaliações de imóveis cumprindo em 90,13% o percentual da meta estabelecida, não foi possível cumprir a meta de assentamento de famílias no estado, pois, o contingenciamento de recursos feito pelo governo federal inviabilizou a aquisição de novas áreas. Em consequência disso encontram-se em Brasília, para pagamento, processos referentes a sete áreas e até dezembro de 2010 estes não foram realizados, deixando de beneficiar cerca de 524 famílias;

O Programa de Consolidação de Assentamentos não alcançou resultados no cumprimento das metas, mas avançou através da execução de atividades nos sete assentamentos trabalhados sendo previsto para o exercício de 2011 o encerramento dos convênios.

No Programa de gerenciamento da Estrutura Fundiária, destaca-se o trabalho realizado no município de Amambaí, realizando regularização fundiária em faixa de fronteira do Estado de Mato Grosso do Sul.

Neste exercício, foi ampliada a oferta de serviços de assistência técnica às famílias assentadas, sendo que serão contempladas com o serviço, mais de 11 mil famílias assentadas para o exercício de 2011

Quanto aos processos pendentes de análise para certificação dos serviços de georreferenciamento de imóveis rurais foram analisados e certificados 1.467 serviços.

No serviço de Regularização Fundiária foi identificada no município de Amambai uma gleba na sede administrativa pendente de regularização sendo que foram iniciados os trabalhos de

georreferenciamento da referida gleba (objeto da ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária do exercício).

A Superintendência Regional do INCRA em Mato Grosso do Sul, no exercício 2010 sofreu com as mais diversas adversidades que fizeram com que os trabalhos desenvolvidos fossem prejudicados. Dentre elas destacamos:

- O contingenciamento de recursos feito pelo Governo Federal que inviabilizou a aquisição de novas áreas;

- As investigações efetuadas pelo Ministério Público Federal culminou com a realização da Operação Tellus pela Polícia Federal e em 30 de Agosto de 2010, foram presos o Superintendente Regional, o Superintendente Substituto e um grupo de servidores os quais foram afastados do cargo Chefes de Divisões e da Unidade Avançada de Dourados, gerando atraso e/ou paralisação das atividades desta Superintendência;

2.2.Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

A Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária atuou, no exercício de 2010, nas ações de Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional, Regularização Fundiária, Gerenciamento do Cadastro Rural, Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes Quilombolas e Certificação de Serviços de Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

No serviço de Regularização Fundiária foi identificada no município de Amambai uma gleba na sede administrativa pendente de regularização sendo que seu respectivo registro se encontra como Transcrição nº 15.514, Livro 3/W do CRI de Ponta Porã. Os trabalhos de georreferenciamento da referida gleba (objeto da ação de Georreferenciamento da Malha Fundiária do exercício) já foram iniciados.

Relativo à certificação dos serviços de georreferenciamento de imóveis rurais foram analisados e certificados 1.467 serviços. Esta ação continua sendo a de maior demanda do setor. Com a publicação da Norma de Execução nº 96/2010 o Comitê Regional de Certificação ficou explicitamente impedido de continuar seus serviços com a equipe na sua totalidade por conter apenas um integrante com credenciamento e apto a analisar e certificar os processos.

As principais dificuldades encontradas pela divisão foram na infra-estrutura (como a falta de equipamentos para o trabalho, viaturas em condições inapropriadas e instalações da sede em situação precária, com rede elétrica precária, telhado quebrado e conseqüentes infiltrações e goteiras que chegam a encharcar o chão e molhar equipamentos eletrônicos).

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento é responsável pelas atividades de aquisição, desapropriação e incorporação ao patrimônio do Incra das terras necessárias à reforma agrária.

A seleção de famílias, a promoção do acesso a terra e a criação de projetos de assentamento também são atribuições desta Divisão.

No exercício de 2010, em Mato Grosso do Sul foram assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA, 1449 famílias. Deste total 1.097 famílias, ou 75% do resultado obtido em 2010, foram assentados na modalidade não onerosa, que contempla as retomadas e regularização de lotes, ao passo que, na aquisição de imóveis rurais não obtivemos os resultados esperados, pois, com o contingenciamento de recursos feito pelo Governo Federal, sete áreas encontram-se em Brasília aguardando pagamento, sob risco de desistência dos proprietários que foram deveras prejudicados por tal atraso.

Com a intervenção judicial ocorrida na SR 16, as ações na Divisão de Obtenção do INCRA, ficaram comprometidas, o que contribuiu para o não cumprimento da meta, uma vez que, todas as atividades atinentes a Divisão de Obtenção de Terras foram paralisadas durante todo o último semestre de 2010. Nesse sentido, após a referida intervenção, os trabalhos do Serviço de Vistoria e Avaliação limitaram-se ao encerramento dos processos de aquisição e desapropriação deflagrados até a data da intervenção, prejudicando extremamente a abertura e instrução de novos processos fiscalizações.

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

À Divisão de Desenvolvimento compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento.

O exercício de 2010 foi marcado pela dificuldade de recursos para obtenção de áreas para criação de novos assentamentos. O contingenciamento de recursos por parte do governo federal limitou em parte a aquisição de novas áreas sendo que, sete processos encontram-se em Brasília para pagamento.

Em assim sendo, o foco para o trabalho de assentamentos foi a regularização das parcelas. A retomada e regularização de parcelas resgata investimentos já aplicados em outros exercícios e promove a inclusão de novos agricultores no processo produtivo. Neste sentido, a Divisão de Desenvolvimento atuou intensamente por meio de fiscalizações e laudos de vistorias encaminhados à Comissão de Regularização instituída por força da Instrução Normativa- IN INCRA 047, de 2008.

A ação do Ministério Público Federal e da Polícia Federal e os desdobramentos da Operação Tellus, já mencionada, também influenciou diretamente a realização dos trabalhos. Neste aspecto a Divisão foi diretamente atingida visto que, a investigação do MPF está diretamente ligada às ações desta Divisão. Após a realização da Operação Tellus, com a nomeação de Superintendente interino, os trabalhos concentraram-se na revisão de procedimentos e fiscalização.

A demanda de Crédito Instalação teve atendimento de recursos disponibilizados acima da meta prevista. Os recursos disponibilizados, em valor superior ao previsto na PO 2010, foram

94,27% empenhados, sendo os valores dos empenhos 263,65% a mais do que os valores previstos, ficando 95,47% destes valores em restos a pagar. Fato este que gera um passivo de execução na ação de Crédito Instalação o qual aliado ao pequeno número de servidores poderá acarretar problemas posteriores.

Neste ano foram emitidos e publicados 1712 Contratos de Concessão de Uso – CCU. A titulação de parcelas não foi realizada no exercício, uma vez que as atividades da ação de Consolidação - 10YN não foram concluídas e os convênios foram prorrogados com previsão de encerramento para 2011. No entanto, tal ação avançou significativamente quanto ao desenvolvimento de tais atividades.

Um crescimento expressivo para a Divisão, foi o aumento da disponibilização de serviços de Assistência Técnica aos Assentados. Muito embora o Empenho tenha sido realizado no final do exercício 2010, todas as atividades desta ação serão realizadas no exercício 2011. A ATEs gera uma expectativa de melhoria na qualidade de vida e de produção aos assentamentos de Mato Grosso do Sul.

Dentro do programa 0137, a prioridade definida na LDO foi à ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento. A meta que era de 415 famílias atendidas foi superada, sendo atendidas 2.487 através de convênios com municípios e também através de licitações.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

Em 2010, a Divisão de Administração, que tem como principal responsabilidade promover as condições de infra-estrutura, operacional e logística, necessárias e suficientes ao desempenho das funções precípuas das divisões finalísticas estruturadas nesta Superintendência Regional, Procuradoria Regional Especializada, bem como proporcionar o suporte operacional à Delegacia do Ministério do Desenvolvimento Agrário qual ocupa algumas salas da sede desta Regional, deu continuidade ao desempenho de ações que visam a economia nos custos com energia elétrica, água e telefonia.

Organizou o setor de convênios para eliminar o passivo de convênios vencidos e dar agilidade à tramitação desses processos. Atualmente, todos os processos de convênios vencidos foram analisados e 95% foram encerrados.

Ademais, empenhou esforços para melhor organização do fluxo interno para realização de deslocamentos de servidores, atividade essencial ao cumprimento das ações precípuas desta Autarquia Federal, assim como efetivara contratação de serviço de monitoramento de veículos da respectiva frota como medida preventiva e correccional do uso de bens públicos.

A carência de servidores continuou sendo um problema para a Divisão, que constantemente teve que reorganizar a divisão de tarefas para não comprometer o desempenho da Superintendência Regional.

Entretanto, mesmo com as adversidades, todos os processos de aquisições e contratações demandados, nesse exercício, foram concretizados.

2.3. Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1. Programa 0135 -Assentamento de Trabalhadores Rurais

Esse Programa, de responsabilidade da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, tem como atribuição as atividades de aquisição, desapropriação e incorporação ao patrimônio do Incra das terras necessárias à reforma agrária. Esse trabalho é realizado a partir do desenvolvimento e do monitoramento dos mecanismos de obtenção de terras, incluindo a incorporação ao patrimônio público das terras devolutas federais, a serem destinadas a essa finalidade.

A seleção de famílias, a promoção do acesso à terra e a criação de projetos de assentamento também são incumbência deste Programa, bem como as atividades relativas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente nos projetos de reforma agrária, com destaque à implantação de projetos ambientalmente diferenciados, sobretudo na região amazônica.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.1.1. Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela I -Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Reforma Agrária	0135	8384	Atividade	3	Unidade	3.514	1.449	41,23	

Fonte: Caderno de Metas PO 2010

Tabela II -Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
258.815,00	180.557,00	174.516,86	96,65	169.166,86	93,69	169.166,86	93,69

Fonte: Relatório SIAFI

Principais resultados:

O principal resultado foi o cadastro e seleção de 1.449 famílias.

Principais problemas:

No INCRA/MS, existem duas modalidades de cadastrar famílias no Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA. A principal e responsável por cadastrar 1.097, ou 75% do resultado obtido em 2010, beneficiários no módulo SIPRAé, a modalidade, não onerosa, que contempla a retomada e regularização de lotes, ao passo que, na modalidade onerosa o INCRA/MS investe na criação de novos projetos de assentamentos rurais.

No exercício de 2010, ambas as modalidades não atingiram a meta, visto que, inicialmente a Regional teria que cadastrar 2000 famílias de forma não onerosa e 1.514 de forma onerosa. Entretanto, em 2010 existiram diversos empecilhos que impossibilitaram o cumprimento das metas de cadastro e seleção de famílias, os quais serão citados a seguir:

- Planejamento equivocado das metas na PO 2010:

A capacidade declarada para a execução da ação 8384 no INCRA/MS apresentada na PO 2010 foi de 2.000 famílias assentadas, somadas neste número as famílias assentadas nas modalidades onerosas e não onerosas. Ocorre que, ao término da confecção da PO 2010, ficou determinado pela direção da Autarquia que a meta de famílias assentadas para o ano de 2010 no Estado seria de 3.514 famílias, isto é, número superior a 75% da meta declarada.

A meta declarada para a ação 8384 em 2010 foi elaborada com a participação de todos os servidores da Divisão de Obtenção de Terras do INCRA/MS e outros responsáveis pelo planejamento na Regional. O número obtido para o assentamento de famílias considerou os fatores que implicam na execução da ação, tais como, número de servidores, estrutura física e de equipamentos, mercado de terras regional, previsão da disponibilidade de recursos, entre outros, fatores que sabidamente podem ser mais bem delineados pelas pessoas que convivem diariamente com as condições locais.

O maior contra-senso nos números determinados na PO 2010, está na disponibilidade de recursos destinados a cumprir a meta onerosa (1.514 famílias), visto que, os recursos definidos para adquirir imóveis rurais, e assim cumprir a meta onerosa, foram da ordem de R\$ 35.404.690,00, valores, que, segundo a programação da Direção Nacional, seriam suficientes para obter 6.766 ha.

Estabelecendo hipoteticamente um módulo familiar de 20 ha bruto, a área prevista na PO para se obter na Superintendência seria suficiente para assentar 338 famílias. Ao passo que, ao dividirmos esta área pelo número de famílias prevista na PO (6.766 dividido por 1.514), o módulo familiar bruto seria de 4,46 ha, número muito abaixo se da média em MS que é superior a 20 ha.

Posto isso, verifica-se que em 2010 o número de famílias cadastradas de famílias ficou muito aquém do previsto na PO, 41,23%, muito em função do planejamento equivocado da Direção Nacional.

- Intervenção Judicial no INCRA/MS.

Desde setembro de 2010, as ações na Divisão de Obtenção do INCRA em Mato Grosso do

Sul, ficaram comprometidas devido à intervenção imposta pela apuração de fatos realizada pela Polícia Federal e MPF, relacionados à conduta supostamente indevida de alguns servidores da Autarquia, que culminou com o afastamento do Superintendente e seu adjunto, além de um pequeno número de servidores.

Inegavelmente este fato também contribuiu para o não cumprimento da meta, uma vez que, todas as atividades atinentes a Divisão de Obtenção de Terras ficaram praticamente paralisadas durante todo o último semestre de 2010. Nesse sentido, após a referida intervenção, os trabalhos do Serviço de Vistoria e Avaliação limitaram-se ao encerramento dos processos de aquisição e desapropriação deflagrados até a data da intervenção, pois a abertura de novas fiscalizações ficou extremamente prejudicada.

- Contingenciamento de recursos:

A retenção de recursos, por parte do Governo Federal, destinados a obtenção de imóveis rurais, também influenciou para o não cumprimento da meta onerosa para a ação, visto que, até então, existiam sete processos de aquisição de fazendas na sede da Autarquia em Brasília aguardando pagamento, (alguns encaminhados ainda no exercício de 2009), os quais serão citados a seguir:

Tabela III -Áreas aguardando pagamento em dez-2010

Denominação	Município	Valor (R\$)	Área (ha)	Famílias
Faz. Alvorada	Três Lagoas	5.216.757,16	1.126.,0239	60
Faz. Maranduba	Bandeirantes	7.286.996,49	1.637,6940	72
Faz. Santana	São Gabriel Oeste	5.534.314,82	1.278,4487	56
Faz. São Marcos	São Gabriel Oeste	7.514.876,46	1.399,3694	82
Faz. Andorinha	São Gabriel Oeste	6.999.154,05	1.325,3684	75
Faz. Garça Branca	Nova Andradina	6.700.448,17	1.206,0665	57
Faz. Nazareth	Sidrolândia	16.483.100,57	2.491,7318	132
Total		55.735.647,72	10.464,7027	534

Como nos últimos exercícios a sistemática de cadastramento adotada administrativamente por esta Superintendência leva em consideração o cadastramento de famílias somente mediante a expectativa realista de áreas para seu assentamento, a ausência de pagamento das áreas acima, fez com que centenas de potenciais beneficiários não fossem cadastrados, prejudicando sobremaneira o atingimento das metas previstas. A falta de pagamento das áreas e, por consequência o não cadastramento dos potenciais beneficiários, foi agravado pela impossibilidade de, em ano eleitoral, não se poder propor em tempo hábil um projeto de lei que abrisse o orçamento da União em favor do Incra/MDA, cujo montante (R\$ 530.721.000,00) poderia atender o pagamento dessas áreas. Tal projeto só foi transformado em lei (Lei 12.367/2010) no DOU de 30.12.2010, data praticamente de término do exercício-2010.

- Indefinição na demarcação de áreas indígenas por parte da FUNAI:

Desde 2008, vem se arrastando em Mato Grosso do Sul a situação envolvendo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e seus estudos antropológicos, que têm por objetivo a demarcação para ampliação de áreas indígenas em 26 municípios da região sul do Estado, **região de maior concentração de famílias sem-terra acampadas.**

Ocorre que, na instrução processual para obtenção de imóveis rurais pelo Incra, é necessária consulta àquela Fundação, solicitando informações acerca de seu interesse institucional sobre a pretensa área a ser obtida. Contudo, sem a conclusão dos estudos, não há como a Funai afirmar se uma determinada área é ou não de seu interesse. **Assim, a área de atuação do Incra em Mato Grosso do Sul é restringida a regiões do Estado que não são objeto de interesse indígena, até o término destes estudos.**

- Alta dos preços das terras agropecuárias

Historicamente, os preços das terras em Mato Grosso do Sul acompanham as tendências da economia mundial, sobretudo, aquelas envolvidas com os produtos agropecuários tradicionais no Estado, como o boi gordo, soja, milho e recentemente açúcar e etanol.

Sucessivamente as cotações destes produtos vêm superando seus valores históricos no mercado internacional e naturalmente pressionam os valores das terras elevando-os a um patamar que torna a obtenção de imóveis pelo Incra/MS, via decreto 433 (aquisição), quase que insustentável. A consequência deste fato é a baixa oferta de terras ao Incra para obtenção pela via da compra e venda e, quando existem as ofertas, muitas vezes são imóveis de pouca ou nenhuma aptidão para a reforma agrária.

Nesse sentido, de todos os processos deflagrados para aquisição direta, cerca de 70% dos mesmos têm sua sequência prejudicada, ou pela discordância dos proprietários quanto aos valores apurados ou pela inaptidão dos imóveis para incorporação ao PNRA.

- Dificuldade em desapropriar imóveis rurais:

Em que pese toda a atenção dispensada pela Autarquia, no sentido de exercer a fiscalização quanto à necessidade do cumprimento da função social dos imóveis rurais, conforme estabelecido na Constituição Federal, via processo de desapropriação, os resultados têm sido pequenos muito em função dos baixos índices de produtividade, os quais não acompanham os avanços tecnológicos da agricultura e do baixo número de Peritos vistoriadores e de servidores de apoio administrativo.

Ainda há que se considerar que imóveis classificados como improdutivos algumas vezes apresentam baixo potencial agrônomo (por este motivo são improdutivos), característica fundamental para o sucesso de um assentamento rural, logo, são julgados como inaptos, embora improdutivos.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de

editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela IV - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização	Reforma Agrária	0135	8387	Atividade	03	Área (ha) vistoriada	80.202	72.287	90,13	-

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010, SIR Monitoramento

Tabela V - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
327.735,00	334.213,00	318.169,39	95,20	256.670,63	77,39	256.670,63	76,79

Fonte: Relatório SIAFI

- Principais resultados:

A ação vistoria e avaliação de imóveis rurais no INCRA/MS (8387), contempla quatro modalidades de vistorias distintas: vistoria para fiscalização do cumprimento da função social da propriedade rural, avaliação da terra nua e benfeitorias de imóveis rurais, estas duas vistorias realizadas em conjunto e vistoria para acompanhamento de perícias judiciais.

A vistoria de imóveis rurais de fiscalização tem por objetivo apurar a fiscalizar o cumprimento da função social da propriedade segundo parâmetros estabelecidos por lei e em normas do INCRA, bem como, fundamentar parecer sobre a viabilidade técnica e ambiental para o sua possível inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária.

No exercício do ano de 2010 foram vistoriados, com o objetivo de fiscalizar o cumprimento da função social da propriedade, os seguintes imóveis:

Tabela VI -Relação de áreas vistoriadas para fiscalização da função social em 2010.

Seq.	Denominação	Município	Área (ha)	Situação
1	Faz. Sossego	Pedro Gomes	2.068,5234	Imóvel improdutivo
2	Faz. Laranjeira	N. Alvorada do Sul	2.570,8996	Aguardando LAF*
3	Faz. São João	Rio Brilhante	1.306,2362	Aguardando LAF

4	Faz. Santo Antonio	Rio Brilhante	622,0000	Aguardando LAF
5	Faz. Iguatemi	Santa Rita do Pardo	4.840,0000	Imóvel produtivo
6	Faz. Samambaia	Nova Andradina	801,9000	Em tramitação
7	Faz. Boa Esperança I	Batayporã	1.350,8200	Imóvel produtivo
8	Faz. Boa Esperança II	Batayporã	1.163,8000	Imóvel produtivo
9	Faz. São João	Água Clara	24.000,0000	Em tramitação.
Subtotal 1			38.724,1792	

* LAF: Laudo Agrônomo de Fiscalização

O objetivo da vistoria de avaliação é aferir o valor da terra nua e das benfeitorias existentes no imóvel rural, definindo tecnicamente o valor de mercado do imóvel como um todo, através de dados coletados, relativos ao uso da terra e benfeitorias úteis e necessárias. Este trabalho foi executado no seguinte imóvel em 2010:

Tabela VII- Área avaliada em 2010

Denominação	Município	Área (ha)	Situação
Faz. Sossego*	Pedro Gomes	2.068,5234	Em processo de desapropriação
Subtotal 2		2.068,5234	

* Imóvel declarado de interesse social.

Como citado anteriormente, existe a possibilidade da realização, em uma única vistoria, da fiscalização do cumprimento da função social e a avaliação da propriedade. No âmbito da Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos do INCRA em Mato Grosso do Sul, este trabalho visa atender as demandas relativas à aquisição direta de imóveis rurais prevista no decreto 433, o qual autoriza a Autarquia a obter, mediante compra e venda, imóveis rurais que serão destinados à implantação de projetos integrantes do programa de reforma agrária, nos termos das Leis números 4.504, de 30 de novembro de 1964, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Em 2010, foram vistoriados e avaliados os imóveis:

Tabela VIII- Relação de áreas vistoriadas e avaliadas (em conjunto) em 2010

Seq.	Denominação	Município	Área (ha)	Situação
1	Faz. Lagoa Branca	Jaraguari	852,8134	Arquivado por discordância valores
2	Faz. Cachoeira I	Sonora	1.938,5421	Em tramitação interna
3	Faz. Cachoeira II	Sonora	1.934,6588	Em tramitação interna
4	Faz. Mirante	Porto Murtinho	4.974,5548	Arquivado por inaptidão
5	Faz. Pontal	Naviraí	2.629,0637	Arquivado por discordância dos valores ofertados
6	Faz. Araucária	São Gabriel do Oeste	718,7180	Em tramitação interna
7	Faz. Monte Alvão	Campo Grande	1.623,0000	Arquivado por discordância dos valores
8	Faz. Bonanza	Chapadão do Sul	1.635,7488	Em tramitação interna
9	Faz. Estância Loma Porã	Paranhos	1.787,0978	Em tramitação interna
Subtotal 3			18.094,1974	

Por fim, o acompanhamento de perícias judiciais eventualmente é uma demanda oriunda das ações de desapropriações propostas pela Autarquia e contestadas na justiça. Em 2010, foram realizadas as seguintes vistorias:

Tabela- IX - Relação de acompanhamento de perícias judiciais em 2010

Denominação	Município	Área (ha)	Situação
Faz. Alvorada	Três Lagoas	1.126,0239	Em tramitação judicial
Faz. São João	N. Alvorada do Sul	3.814,9740	Em tramitação judicial
Faz. Primavera	Jaraguari	2.503,6264	Em tramitação judicial
Subtotal 4		7.444,6243	

Tabela X- Resumo das vistorias realizadas em 2010

Tipo de vistoria	Nº de propriedades vistoriadas	Área vistoriada (ha)
Fiscalização	09	38.724,1792
Avaliação	01	2.068,5234
Fiscalização e avaliação	9	18.094,1974
Perícia	03	7.444,6243
Total	22	66.331,5243

A meta prevista para o ano de 2010 foi de 80.202 ha e o quadro acima revela que a equipe técnica do Serviço de Obtenção de Terras (composta, à época, por somente oito Engenheiros Agrônomos) realizou 22 (vinte e dois) vistorias, perfazendo um total de 66.331,5243 ha, ou 82,70% da meta.

O custo para a realização das vistorias em 2010 foi de R\$ 3,87/ha (empenho liquidado dividido pela área vistoriada), valor próximo à capacidade declarada descrita no caderno de metas desse mesmo ano, o qual foi de R\$ 3,60/ha. Mais importante é que, dos recursos relativos ao empenho emitido, foram liquidados 77,39% para o cumprimento de 82,70% da meta.

Alguns fatores foram determinantes para o não cumprimento da meta, os quais serão individualizados e esclarecidos a seguir:

- Baixo número de Peritos Federais Agrários vistoriadores:

Em 2010, a divisão de Obtenção de Terras contava com apenas 08 Peritos Federais Agrários vistoriadores, (servidores tecnicamente habilitados a vistoriar e avaliar imóveis rurais). Na contabilização dos resultados de exercício de 2009 foram computadas as fiscalizações e avaliações de três grandes imóveis (Fazendas Cedro, Paquetá e Dom Arlindo), as quais somadas perfazem uma área próxima de 60.000 ha.

Ocorre que, as ordens de serviço destinando três Peritos para execução dos trabalhos de vistoria e avaliação dos imóveis supracitados foram emitidas no final do exercício de 2009. Já os trabalhos de levantamento de dados no campo encerraram em novembro daquele mesmo ano, enquanto a entrega dos laudos só foi concluída no término do primeiro semestre de 2010.

A fiscalização e avaliação de um imóvel, tradicionalmente no Incra/MS, é um trabalho extremamente complexo, visto que, quase sempre as avaliações atingem as cifras dos milhões de reais, logo, é um serviço que deve ser executado com paciência, sobriedade e muita

responsabilidade, fato, que no caso dos imóveis citados, potencializado pelas suas dimensões (o valor final dos três imóveis superou a cifra de R\$ 400 milhões) foi determinante para que os as avaliações terminassem somente em 2010. Com isso, como as ordens de serviço para esses imóveis englobaram três Peritos, os demais trabalhos de vistorias ficaram a cargo de somente cinco Peritos, número insuficiente para executar as ações necessárias ao pleno cumprimento das metas antes da intervenção judicial na Superintendência.

Por oportuno, é importante salientar que os processos de aquisições daqueles três imóveis foram arquivados em razão da discordância dos proprietários dos imóveis dos valores ofertados pelo Incra e também pela pretensão concorrente da FUNAI pelas áreas em questão.

- Convocação de Peritos Federais Agrários vistoriadores para outras Superintendências do INCRA

Em 2010, foram convocados para as Superintendências do Rio de Janeiro e de Mato Grosso, peritos lotados no Incra/MS, na Divisão de Obtenção de Terras, para a execução de atividades inerentes às suas atividades naquelas regionais.

Este fato também contribuiu para o não cumprimento da meta, uma vez que, durante o período de cessão a Divisão de Obtenção funcionou com um número ainda mais deficiente de vistoriadores.

- Intervenção Judicial no Incra/MS.

A partir do mês de setembro de 2010, as ações na Divisão de Obtenção do Incra em Mato Grosso do Sul, ficaram muito comprometidas em razão da apuração de fatos pela Polícia Federal e MPF, relacionados à conduta supostamente indevida de alguns servidores da Autarquia, que redundou no afastamento do Superintendente e seu adjunto, além do chefe da Divisão de Obtenção e um pequeno número de servidores.

Inegavelmente este fato também contribuiu para o não cumprimento da meta, uma vez que, todas as atividades atinentes a Divisão de Obtenção de Terras ficaram praticamente paralisadas durante todo o último semestre de 2010. Nesse sentido, após a referida intervenção, os trabalhos do Serviço de Vistoria e Avaliação limitaram-se ao encerramento dos processos de aquisição e desapropriação deflagrados até a data da intervenção, pois a abertura de novas fiscalizações ficou extremamente prejudicada.

Contratações e Parcerias:

Não houve contratações e parcerias para a execução dessa ação. Todos os estudos e trabalhos necessários à ação foram realizados por componentes da equipe do INCRA.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XI -Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Reforma Agrária	0135	8374	Atividade	3	Licença Ambiental Protocolada (unidade)	15	21	140	-

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela XII -Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
93.875,00	111.416,70	84.047,45	0,75	67.413,35	0,60	67.413,35	0,60

Fonte: Relatório SIAFI

A meta para o exercício de 2010, que era de 15 licenças ambientais protocoladas, foi ultrapassada, com alcance de 140% sobre o programado tendo sido protocoladas 21 licenças.

O licenciamento ambiental da SR-16 é realizado em duas etapas, sendo a Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação e Operação (LIO). Os estudos ambientais necessários ao requerimento das licenças são efetuados por servidores do Instituto.

A emissão das LPs tem ocorrido a bom termo, ou seja, antes da criação dos assentamentos, o que não ocorre com as LIOs, devido a muitas dificuldades, sendo as principais:

a) Para protocolo dos requerimentos de licenças ambientais junto ao órgão ambiental Estadual (Imasul):

- Legislação federal e estadual muito complexa, burocrática e trabalhosa;
- Obtenção da Declaração Municipal junto a algumas prefeituras;
- Anuência dos Órgãos Gestores de unidades de conservação, quando necessário;
- Obtenção do material cartográfico (mapas, imagens de satélite, cartas DSG, memoriais descritivos do imóvel e da Reserva Legal, etc...) junto à cartografia, o que está exigindo preparo dos servidores envolvidos no licenciamento para suprir essa necessidade e ao mesmo tempo sobrecarregando-os;
- Georreferenciamento dos imóveis e certificação das áreas, principalmente dos assentamentos antigos;
- Assentamentos com muitos problemas, tais como ausência parcial ou total da área de Reserva Legal (não têm os 20% previstos em lei), dois ou mais assentamentos em uma mesma matrícula, um assentamento com várias matrículas, assentamentos já consolidados onde muitos parceiros titulados venderam seus lotes e o INCRA é impedido de realizar as vistorias necessárias.

b) Para emissão das licenças ambientais pelo órgão ambiental estadual (Imasul):

- Multas ambientais: O assentado comete o crime (gado na reserva legal, desmatamento ilegal, carvoaria sem licença, etc.) e muitas vezes o INCRA é multado pelos órgãos ambientais federal (Ibama) e estadual (Imasul) e ou pela Polícia Militar Ambiental;
- Em Mato Grosso do Sul há legislação estadual que proíbe a emissão de licenças e de autorizações ao requerente que tem processo de multa transitado em julgado, culpado, na esfera administrativa. Esta Superintendência se encontra nesta situação há quase dois anos devido a uma multa ambiental referente ao projeto de assentamento Teijin. Há várias licenças (em torno de 20) prontas para serem expedidas pelo Imasul, que só serão assinadas depois que o INCRA pagar a multa;
- Muitas pendências e complementações solicitadas pelo Imasul, impossíveis de serem atendidas pelo INCRA, principalmente em assentamentos antigos, tais como licenciamento de pivô central, de piscicultura, de açude, de cascalheira, enfim, de atividades que são desenvolvidas pelos assentados e devem ser licenciadas por eles. Muitas outras exigências desnecessárias para o licenciamento ambiental do assentamento como análise de água, custo de produção de culturas, etc;
- Estrutura deficiente (recursos físicos, financeiros e humanos, diárias baixas, etc.);
- Falta de gestão política dos dirigentes da autarquia junto aos dirigentes dos órgãos ambientais para ajustes nos procedimentos e para estabelecimento de parcerias em prol das ações ambientais desenvolvidas pelo Incra.

2.3.1.4. Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Incra-Sede

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XIII -Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Reforma Agrária	0135	4460	Atividade	3	Área obtida (ha)	6.766	7.104	105 %	

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela XIV -Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
3.623.584,00	3.936.773,63	3.936.773,63	100	3.936.773,63	100	3.936.773,63	100

Fonte: SIAFI

- De acordo com o Caderno de Metas-2010, o montante previsto para a ação Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária era de R\$ 35.404.690,00, distribuídos da seguinte forma: R\$ 31.781.106,00 para pagamento de Terra Nua (na forma de Títulos da Dívida Agrária) e R\$ 3.623.584,00 para pagamento de Benfeitorias. Pelos dados dos processos administrativos, desses totais foram gastos R\$ 35.354.529,81 (vide quadro abaixo), ou seja, 99,98% do previsto no início do ano.
- O empenho liquidado descrito acima é referente ao pagamento das benfeitorias dos imóveis obtidos em 2010, que é 0,013% superior ao constante nos processos de aquisição dos imóveis adquiridos (vide quadro abaixo).
- O pagamento das terras nuas é realizado por meio de Títulos da Dívida Agrária e, de acordo com os dados dos processos de obtenção, seus valores totalizaram, em 2010, um montante de R\$ 31.418.272,37, valor este equivalente a 98,86% do previsto.

Principais resultados:

O principal resultado foi à aquisição de 06 imóveis rurais, os quais somados perfazem um total de 7.104,1182, área suficiente para beneficiar 365 famílias, conforme tabela a seguir:

Tabela XV – Imóveis adquiridos em 2010

Fazenda	Município	Valor (R\$)			Área ² (ha)
		Total	Terra Nua	Benfeitorias	
Matão	Bandeirantes	6.140.762,81	5.050.298,74	1.090.464,07	1.075,8195
Itaqui	S. G. Oeste	12.695.815,54	11.550.164,15	1.145.651,39	2.450,5940
Pé de Cedro	S. G. Oeste	3.781.426,10	3.468.754,11	312.671,99	946,2346
Towata	Terenos	1.763.215,73	1.607.951,71	155.264,02	356,1363
Suenaga	Terenos	6.824.887,02	5.932.499,29	892.387,73	1.347,3226
Sto Agost. Poderes	S. G. Oeste	4.148.422,61	3.808.604,37	339.818,24	928,0112
Total		35.354.529,81	31.418.272,37	3.936.257,44	7.104,1182

¹ Valor Total = Terra Nua+Benfeitorias

² Área registrada, transferida para nome do Incra

³ Estimativa à época da avaliação (Fonte: Ata do Comitê de Decisão Regional)

Imóveis obtidos em 2010

Desenredando os números acima, pode-se afirmar que a media do módulo familiar bruto praticado pelo Incra em Mato Grosso do Sul no ano de 2010, foi ao redor de 20 ha, ou seja, próximo ao tamanho do módulo familiar que, historicamente, em Mato Grosso do Sul é 22,48 ha. No exercício em análise, o custo da terra por família foi de R\$ 96.861,72.

Da meta prevista para ação 4460 (Obtenção de Terras), o Incra em Mato Grosso do Sul, atingiu 105%, isto é, dos 6.766 ha previstos, foram adquiridos 7.097 ha, portanto, a meta de obtenção de terras para o ano de 2010 foi cumprida.

2.3.1.5. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e

administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XVI -Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Administração Geral	135	2272	Atividade	3	-	-	-	-	-

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela XVII - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
10.000	33.474,54	24.722,60	73,85	22.826,80	68,19	22.826,80	68,19

Fonte: SIAFI

2.3.2. Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

O objetivo deste Programa é promover o desenvolvimento sustentável, a viabilidade econômica e a justiça social nos assentamentos, bem como promover a recuperação e consolidação dos projetos da reforma agrária.

Para isso, atua na implementação da infra-estrutura (água, saneamento, estradas); acompanhamento e concessão de créditos (nas suas diversas modalidades, desde o Apoio Inicial, passando pelo Fomento até a modalidade de Aquisição de Material de Construção e Adicional do Semi-Árido); estabelecimento de parcerias para a prestação de assessoria técnica e a capacitação de beneficiários e técnicos da reforma agrária; titulação e destinação de imóveis; apoio à agroindustrialização, à comercialização e às atividades pluriativas e solidárias; bem como na promoção da cidadania e educação no campo, visando a equidade de gênero, raça e etnia.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Não se aplica a UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XVIII -Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Reforma Agrária	137	8396	Atividade	3	Família atendida	415	2.487	100	3.637

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela XIX - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
5.281.429,85	4.830.750,91	4.830.750,91	100	1.528.102,95	31,63	1.528.102,95	100

Fonte: SIAFI

Nesta ação os recursos foram aplicados tanto para convênios como para licitação pública, sendo que para convênios temos: - SICONV 059030/2010, implantação de 79,74 km estradas nos Projetos de Assentamento Indaiá I, II, III e IV, convênio com a Prefeitura Municipal de Aquidauana, - SICONV 045246/2010, recuperação de 62,0 km de estradas no Projeto de Assentamento Avaré, convênio com Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo, - SICONV

046888/2010, construção de 15,0 m de ponte de concreto armado no Projeto de Assentamento Santa Mônica, convênio com a Prefeitura Municipal de Terenos, totalizando R\$ 1.990.196,81, para 1387 famílias.

Em contratos firmados através de Licitação Pública: - CRT/MS /20.000/2010, complementação de rede de abastecimento de água no Projeto de Assentamento São Gabriel, município de Corumbá, - CRT/MS/26.000/2010, perfuração de 05 poços tubulares profundos nos Projetos de Assentamento Arapuá, Mutum e Santa Mônica, municípios de Três Lagoas, Ribas do Rio Pardo e Terenos, e - CRT/MS/27.000/2010 recuperação de 303,0 km de estradas nos Projetos de Assentamento Alambari, Teijin, Barra Nova e Bela Manhã, nos municípios de Nova Alvorada, Sidrolândia e Taquarussu, totalizando R\$ 2.707.492,30 beneficiando 3539 famílias.

Foram ainda aplicados R\$ 359.746,31 em aditivos aos contratos CRT/MS/35.000/2009 e CRT/MS/47.000/2009, beneficiando 700 famílias.

Tendo em vista que dos recursos da LDO, a maior parte foi destinado para ações nos Territórios da Cidadania e que a demanda maior da Superintendência Regional foram nas ações inseridas na Jurisdição da Superintendência, e considerando ainda, os cortes ocorridos no orçamento e na impossibilidade de aplicação dos recursos fora dos Territórios, houve a devolução dos recursos na ordem de R\$ 583.740,74.

2.3.2.2. Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XX - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Reforma Agrária	0137	8398	A	4	Família atendida	906	841	92,82	65*

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

* Diferença entre a capacidade estimada no ato de criação em relação à efetiva capacidade de assentamento dos imóveis demarcados. Valor este, portanto, que não se configura como meta a ser realizada.

Tabela XXI -Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
498.316,00	212.875,65	136.438,25	64,09	136.301,26	64,02	136.301,26	64,02

Fonte: SIAFI

Esta ação contemplou a demarcação de 12 assentamentos com um total de 841 lotes.

Os seguintes assentamentos foram demarcados:

- PA 7 de Setembro;
- PA Ouro Branco;
- PA Magno Oliveira;
- PA Estrela (Campo Grande);
- PA Estrela (Jaraguari);
- PA Areias;
- PA Itaqui;
- PA Pé de Cedro;
- PA Patativa;
- PA Matão;
- PA Torre de Pedra;
- PA Canoas.

Todos os parcelamentos de imóveis no ano de 2010 foram realizados através de execução direta. A principal dificuldade nesta ação é a questão dos equipamentos necessários à realização dos trabalhos de demarcação, assim como na re-implantação dos projetos antigos. Este tipo de trabalho é realizado com estação total (teodolitos) e principalmente com sistema de rastreamento de sinais de satélites, obtendo coordenadas corrigidas em tempo real com o sistema (RTK), dadas as condições propícias para sua utilização, o que facilita e acelera os trabalhos de fiscalização de contratos, determinação de limites e re-implantação de marcos.

As viaturas estão em condições inadequadas para realizar viagens, apresentando constantes defeitos e ocasionando atrasos além do previsto. Muitas dessas viaturas têm mais de 10 anos de uso. A orientação dada em relação ao sistema de viagem ser de segunda a sexta-feira reduz a semana a 3,5 dias de trabalho considerando o tempo de deslocamento e prestação de contas.

2.3.2.3. Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Nesta ação não houve meta, nem descentralização de recursos para a SR 16, no exercício de 2010.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França

Unidades executoras: Superintendências Regionais

2.3.2.4. Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redesignação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XXII- Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Reforma Agrária	137	4358	Atividade	3	Documento emitido	986	1712	173,63	-

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela XXIII - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
142.955,00	142.955,00	142.363,57	99,59	135.253,58	94,61	135.253,58	94,61

Fonte: SIAFI

A meta física desta ação é contada pela expedição de Títulos Definitivos e de Certificado de Concessão de Uso – CCU.

No exercício de 2010, foi estabelecida prioridade para expedição de CCU. Isto explica os números da meta realizada, bem acima do que foi inicialmente previsto. A decisão neste sentido foi

adotada em função da demanda urgente de inúmeras famílias assentadas, que ainda não tinham o documento de contrato.

Por outro lado, a titulação de imóveis em assentamentos está relacionada prioritariamente aos oito assentamentos do Programa de Consolidação de Assentamentos - PAC, os quais ainda não concluíram suas atividades estabelecidas no Plano.

2.3.2.5. Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curitiba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Silvia Barguil

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XXIV - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Reforma Agrária	137- Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento	10YN – Consolidação e Emancipação de Assentamentos	Projeto	2	Projeto Consolidado	2	Zero	0,00	7

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela XXV - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
523.548,00	124.162,00	122.743,33	99%	118.596,98	96%	118.596,98	96%

Fonte: SIAFI

Em Mato Grosso do Sul o PAC – Programa de Consolidação e Emancipação (auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária - possui atualmente 08 (oito) Assentamentos beneficiários e 7 (sete) convênios) vigentes, quais sejam:

1. P.A Aldeia (Bataguassu), convênio assinado em 13/10/2004;
2. P.A Palmeira (Nioaque), convênio assinado em 13/10/2004;
3. P.A Santa Guilhermina (Maracaju/Nioaque), convênio assinado em 28/12/2004;
4. P.A São Judas (Rio Brilhante), convênio assinado em 28/12/2004;
5. P.A Taquara (Rio Brilhante), convênio assinado em 28/12/2004;
6. P.A. Taquaral (Corumbá), convênio assinado em 10/06/2005;
7. P.A Tamarineiro II e Paiolzinho (Corumbá), convênio assinado em 10/06/2005.

Todos os assentamentos constituíram Associações as quais celebraram Convênios (tripartites) nos quais são partes o INCRA, a Associação do Assentamento e a Prefeitura Municipal como interveniente.

A saída dos consultores integrantes do PAC sem a devida transição e transferência das informações para a equipe posteriormente constituída por servidores desta Autarquia, e as constantes mudanças destas equipes foram alguns dos entraves que ocasionaram a execução tardia das metas dos convênios.

Em que pese o Contrato de Empréstimo nº 1248/OC-BR ter se encerrado, o INCRA com o objetivo de assegurar a continuidade às ações pertinentes ao Programa, através da Instrução Normativa nº 39, de 11 de junho de 2007, publicada no DOU de 21 de junho de 2007, seção 1, página 77, instituiu o Programa no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos e foi incluído no PPA 2008-2011.

Outrossim, a partir da orientação da Coordenação Geral do Programa, decidiu-se pela retomada das atividades desses Convênios, face à relevância das obras e serviços do ponto de vista social, econômico e ambiental. Com isso, a equipe da Unidade Técnica Estadual - UTE-MS foi reformulada a fim de que o objetivo fosse alcançado, isto é, a execução das Metas/Etapas dos Planos de Trabalhos que integram os Convênios sejam executadas na medida do máximo possível, com isso beneficiando as famílias assentadas.

A maioria dos projetos dos Planos de Consolidação dos Assentamentos são inexecutáveis pois, o processo de pesquisa e planejamento nos Assentamentos ocorreu muito antes da assinatura dos convênios. Além das incoerências nos projetos observou-se ainda que muitas Anotações de Responsabilidades Técnicas –ART's não foram juntadas ao PCA. Diante de tais fatos, surgiu a necessidade de readequação dos Planos bem como a juntada das respectivas ART's , o que vem ocorrendo a medida que os projetos são executados, graças a contrapartida de algumas Prefeituras que tem enviado os projetos e, na medida do possível, a participação do engenheiro civil desta Superintendência a fim de sanar este problema técnico.

Em 2010, devido a não finalização da execução de todas as metas, os convênios foram prorrogados. Os convênios do PA. Taquara, PA. Aldeia, PA. São Judas, P.A. Santa Guilhermina e

PA. Palmeira, passaram a ter final de vigência em 31/12/2011. Os Convênios dos Assentamentos de Corumbá, PA. Taquaral e PA. Tamarineiro II/Paiolzinho tem final de vigência previsto para 22 de junho de 2011, porém os mesmos encontram-se em preparação para prorrogação até 31 de dezembro de 2011, prazo final do PPA 2008-2011, por Recomendação do Ministério Público Federal, Procuradoria da República no município de Corumbá.

RECURSOS APLICADOS

Tabela XXVI - Saneamento Básico – Rede de Água para Abastecimento

Convênio	Contratada	Valor contratado (parte INCRA)	Situação da meta
Palmeira	ACF Eng. e Com. Ltda. Hidrosonda	R\$ 277.189,48 R\$ 7.500,00	Executada Executada
São Judas	ENGEMAR-Eng e Proj. Ltda	R\$ 235.901,47	Executada
Taquara	ENGEMAR-Eng e Proj. Ltda	R\$ 140.842,88	Executada
Santa Guilhermina	ENGEMAR-Eng e Proj. Ltda Roldan Engenharia	R\$ 328.873,14 R\$ 174.988,28	Executada Executada
Aldeia	Engemar-Eng e Proj. Ltda	R\$ 307.074,12	Executada
TOTAL		R\$ 1.472.369,37	

No assentamento Palmeira, foi realizado dispensa de licitação para realização de testes de vazões de 03 (três) poços, após estes testes verificou-se que a capacidade dos poços pode abastecer todos as parcelas do assentamento em 1000 litros de água por dia.

Nos assentamentos Santa Guilhermina, Palmeira, Taquara, São Judas e Aldeia as obras já foram entregues às comunidades e estão em funcionamento, sendo necessário um levantamento para estabelecer alguma demanda remanescente e possível saneamento da mesma.

As maiores dificuldades ocorrem quando a gestão da água passa para as comunidades, pois normalmente são desunidas e não participativas e comumente surgem problemas quanto a pagamento de contas, defeito em bombas, vazamentos, etc., e a administração destas questões ficam complicadas. O INCRA procura prestar apoio no sentido de conscientizar as comunidades da necessidade de organização e participação e ainda apresentando sugestões de dispositivos que podem ser utilizadas para na gestão da água pelas associações.

• Saneamento Básico – Construção de Cisternas (Corumbá)

Os contratos finalizaram em 2009 não tendo sido executadas as construções de todas as cisternas previstas devido a ocorrência diversos entraves de ordem técnica, climática e organizativa. O objetivo para o ano de 2011 é a realização de nova licitação para concluir as cisternas que faltaram, contemplando os assentados que não foram beneficiados na primeira contratação.

Tabela XXVII – Construção de cisternas em Corumbá/MS

Convênio	Contratada	Valor contratado (parte INCRA)	Situação da meta
Taquaral	CBC do Brasil CBC do Brasil	R\$ 564.728,15 R\$ 6.792,00	Execução Parcial
TamarineiroII/Paiolzinho	Wanderson Mat. Constr. Ltda. CBC do Brasil	R\$ 474.533,98 R\$ 6.792,00	Execução Parcial
TOTAL		R\$ 1.052.846,13	

Esta obra é de grande necessidade para a comunidade e de iniciativa sempre elogiada pelos assentados, tendo em vista que lhes propicia o acesso à água doce da chuva, armazenada nas cisternas. A região apresenta água de características salobras, o que leva a muitos problemas de saúde pelas pessoas que a consomem.

- Assistência Técnica de Longo e Curto Prazo

Até a presente data esta meta encontra-se na seguinte situação:

Tabela XXVIII - Assistência Técnica contratada

Convênio	Contratada	Valor contratado (parte INCRA)	Situação da meta
Palmeira	CAMPO Consultoria	R\$ 359.280,15	Executada
São Judas	CAMPO Consultoria	R\$ 399.019,50	Executada
Taquara	CAMPO Consultoria	R\$ 294.320,34	Executada
Santa Guilhermina	Associação CRESCER	R\$ 488.101,08	Executada
Aldeia	Associação CRESCER	R\$ 424.441,20	Executada
Taquaral	SECAF Consultoria	R\$ 28.798,98	Executada
	SECAF Consultoria	R\$ 820.632,31	Em execução
TamarineiroII/Paiolzinho	SECAF Consultoria	R\$ 30.900,00	Executada
	SECAF Consultoria	R\$ 864.940,45	Em execução
TOTAL		R\$ 3.710.434,01	

Nos Convênios dos assentamentos de Corumbá, Taquaral e Tamarineiro II/Paiolzinho, a assistência técnica encontra-se em fase de execução pelo período de 27 meses, com final de vigência previsto para junho de 2011.

Devido ao tamanho dos assentamentos em Corumbá e a dificuldade de locomoção dos assentados, e com o objetivo de aumentar a participação da comunidade nas reuniões de avaliação, são realizadas 4 reuniões a cada trimestre, sendo 2 para cada convênio em locais diferentes nos assentamentos. As reuniões de avaliação e fiscalização são trimestrais, abertas, e contam com a presença de servidores do INCRA, representantes da comunidade e da empresa contratada;

O objetivo da assistência técnica contratada, além de participar da execução do Plano de Consolidação do Assentamento, é viabilizar os assentamentos tornando as unidades familiares estruturadas, inseridas de forma sustentável na produção e no mercado, integrados na dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. O tipo de público atendido é o pequeno agricultor ainda

desestruturado e carente de informações e orientações, que, como assentado pela reforma agrária encontra-se em fase de estruturação da sua unidade produtiva vislumbrando transformar-se em agricultor familiar, administrador de um negócio rentável.

As ações da assistência técnica estiveram voltadas ao assessoramento das famílias assentadas, com foco em atividades de produção, comercialização, serviços sociais básicos (saneamento, cultura, esporte, lazer, etc), segurança alimentar (subsistência), organização e gestão. De maneira geral foram realizadas instalação de Unidades Demonstrativas, cursos, palestras, reuniões técnicas, demonstrações de métodos e dias de campo.

A Assistência Técnica atuou ainda através de visitas técnicas e sociais individuais nos lotes, e atendimentos aos assentados no escritório com orientações sobre temas técnicos agrônômicos em geral, tais como manejo de hortas orgânicas; aplicação de defensivos e inseticidas naturais, adubação verde; adubação orgânica; preservação de matas ciliares; suplementação alimentar em bovinocultura leiteira; apicultura; manejo e recuperação de pastagens; preparo do solo para plantio e recomendação de correção; uso dos recursos naturais; criação de galinhas caipiras; horticultura; produção de derivados de cana e leite; orientações sobre cultivos diversos, tais como: mandioca, milho, feijão, eucalipto, cana-de-açúcar para capineira; renegociação de dívidas, etc.

O suporte na revisão do Projeto de Solos para licitação, e ainda o acompanhamento e orientação quanto ao uso da área do projeto foi primordial para a sua efetivação.

Quanto ao apoio nas ações de provimento de recursos para o financiamento produtivo dos beneficiários necessários à estruturação projetada das unidades de produção a atuação da assistência técnica foi limitada pelo alto nível de inadimplência dos assentados com impossibilidade de acessar créditos.

Melhoria dos indicadores de produção, produtividade, renda, e ambientais observados devem-se principalmente ao esforço pessoal de cada assentado, uma vez que devido à alta inadimplência poucos conseguem acessar recursos para investir na produção. O envolvimento muito limitado dos assentados com a assistência técnica e com a execução do programa é um fator limitante também do pleno sucesso do projeto.

Observa-se pequena evolução no aspecto “organização” e “participação”, e as associações comumente são desorganizadas, desunidas e pouco participativas, apesar do esforço no sentido de promover capacitação sobre associativismo e cooperativismo. Ainda há uma forte cultura paternalista enraizada, de que o “governo tem que dar tudo” aos assentados e tem sido muito difícil mudar esta visão.

- Capacidade Produtiva dos Solos

O projeto de solos compreende serviços de preparo de solo para o plantio, correção do solo (com calcário e adubo fosfatado) e serviços de conservação de solo (construção de curvas de nível e caixas de retenção, para amenizar a erosão hídrica). Alguns assentamentos tiveram, em seus projetos, todas essas ações, mas em outros, devido ao fato de não ser necessário, do ponto de vista técnico, foram atendidos somente alguns itens como, por exemplo, preparo de solo para o plantio.

Tabela XXIX - Recuperação de solo

Convênio	Contratada(s)	Valor contratado (parte INCRA)	Situação da meta
Palmeira	Bortoletto e Bortoletto COOPGRANDE CBC do Brasil	R\$ 433.442,00 R\$ 21.456,00 R\$ 134.899,50	Executada
São Judas	Mineração Carandazal COOPGRANDE COOPGRANDE	R\$ 203.448,69 R\$ 198.480,00 R\$ 160.352,50	Executada
Taquara	Mineração Carandazal Mineração Carandazal CBC do Brasil	R\$ 56.908,10 R\$ 66.244,75 R\$ 118.799,01	Executada
Santa Guilhermina	Mineração Carandazal Coopgrande	R\$ 610.923,42 R\$ 49.105,00	Executada
Aldeia	Bortoletto e Bortoletto Coopgrande Itatinga Calcário	R\$ 466.642,00 R\$ 280.421,40 R\$ 202.986,00	Executada
Taquaral	Bortoletto e Bortoletto	R\$ 242.730,00	Executado
Tamarineiro II/Paiolzinho	Bortoletto e Bortoletto	R\$ 224.750,00	Executada
TOTAL		R\$ 3.471.588,37	

Os projetos de solos encontram-se executados em todos os assentamentos, exceto a aquisição do adubo fosfatado no assentamento Santa Guilhermina, o qual a associação não se dispõe a realizá-lo por problemas com a comunidade, tanto na contrapartida e bem como na gestão da execução da primeira contratação.

O projeto de solos tem como principal objetivo propiciar as condições para que o assentado melhore a produtividade do seu lote através da correção da acidez via calagem, e da fertilidade, particularmente do fósforo, elemento carente em solos tropicais e limitante ao aumento da produtividade. Tem ainda como objetivo a conservação de solos, em alguns convênios, propondo sanar problemas de erosão hídrica através da adoção de técnicas agrônômicas consagradas (curvas de nível, etc.).

De maneira geral os objetivos foram atingidos, com ressalvas para aqueles com recurso limitado em face da demanda, principalmente no quesito erosão, tendo sido priorizados as áreas em situação mais crítica.

- Obras de Cunho Social – Construção e/ou Ampliação de Escolas

Tabela XXX – obras de cunho social - escolas

Convênio	Contratada	Valor contratado (parte INCRA)	Situação da meta
Palmeira	Gomes e Azevedo Ltda.	R\$ 273.056,46	Executada
São Judas	MACOPEL	R\$ 65.141,42	Executada
Taquara	Gomes e Azevedo Ltda.	R\$ 230.808,71	Executada
Aldeia	Gomes e Azevedo Ltda.	R\$ 157.031,59	Executada
TOTAL		R\$ 726.038,18	

- Obras de Cunho Social – Centros Comunitários

A execução deste tipo de obra é de grande importância para a comunidade, pois propicia um local de lazer e de encontros para a realização de cursos e reuniões, espaço este que as comunidades não possuíam.

Tabela XXXI – obras de cunho social – Centros Comunitários

Convênio	Contratada	Valor contratado (parte INCRA)	Situação da meta
Santa Guilhermina	Mais Arquitetura Ltda.	R\$ 215.680,40	Executada
Palmeira	M.A Engenharia Ltda.-ME	R\$ 99.812,23	Em Execução
TOTAL		R\$ 315.492,63	

- Obras de Apoio Produtivo – Edificação para Resfriadores de Leite

As licitações na modalidade Tomada de Preços para contratar empresa para construir 1 (uma) edificação para resfriador de leite no Assentamento Taquara e para construção de 4 (quatro) edificações no Assentamento São Judas ocorreram em 2009.

Tabela XXXII– obras de Apoio Produtivo – Resfriadores de leite

Convênio	Contratada	Valor contratado (parte INCRA)	Situação da meta
São Judas	MACOPEL Eng. E Proj. Ltda.	R\$ 81.000,00	Executada
Taquara	Gomes e Azevedo Ltda.	R\$ 20.282,32	Executada
TOTAL		R\$ 101.282,32	

A construção das edificações para abrigar os resfriadores de leite dos assentamentos São Judas e Taquara são obras de grande importância quanto à manutenção da qualidade do leite produzido nos assentamentos, uma vez que o projeto obedece a critérios técnicos e as condições das edificações até então em uso eram extremamente precárias.

CONCLUSÕES

Total já aplicado: R\$ 10.850.051,01

Os convênios vem sendo prorrogados com o intuito de executar as metas previstas com atualização das demandas, desta forma empregando recursos em investimentos com o objetivo de levar as famílias a uma condição sustentável do ponto de vista social, econômico organizacional e ambiental.

Não obstante as muitas dificuldades do ponto de vista operacional, observa-se que vem ocorrendo um grande avanço na execução das metas, principalmente nas metas de infraestrutura social e produtiva e de assistência técnica. Tal avanço deve-se principalmente a parceria de algumas Prefeituras intervenientes, apoio técnico do INCRA e a mobilização, embora tímida, de algumas associações convenientes.

Ressaltamos que um importante requisito para a consolidação dos assentamentos é a outorga de títulos de domínio, ação independente da 10YN- Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária, a qual deve priorizar os assentamentos contemplados por esta ação.

Independente das dificuldades, os atores envolvidos no processo - INCRA, Prefeituras e Associações - que atuam na execução dos Planos de Consolidação dos Assentamentos tem a perspectiva de que ao final desses convênios os Projetos de Assentamento atinjam as condições necessárias para a consolidação.

2.3.2.6. Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XXXIII- Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Reforma Agrária	0137	2B06	Atividade	3	Unid. fam. de prod. atendida (unidade)	14	1.034	7.386	-

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela XXXIV - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
106.649,00	711.367,93	642.201,74	90%	122.352,32	17%	122.352,32	17%

Fonte: SIAFI

Alguns projetos da ação Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária em implantação por esta SR são plurianuais ou tiveram seus cronogramas de execução prorrogados.

Esse fato provocou dissonância entre a execução física e a orçamentário-financeira do exercício, uma vez que foram realizadas despesas em exercícios anteriores (2008 e 2009) sem resultados físicos e metas físicas efetivadas em 2010.

Embora não tenha havido novos projetos contratados em 2010, houve despesas com aquisição de materiais e com acompanhamento/fiscalização de projetos em execução.

OUTRAS CONSIDERAÇÕES

As ações de recuperação ambiental, além do tempo necessário à preparação dos documentos de praxe para a contratação dos serviços e/ou materiais, diagnóstico e elaboração do Projeto Básico e implantação das metas previstas, demandam tempo para envolvimento da comunidade e dos prováveis parceiros, condição imprescindível ao sucesso das ações.

Nos projetos de Manejo desenvolvidos pela SR-16 até o exercício-2010, foram priorizadas parcerias com as Prefeituras Municipais e empresas de assistência técnica que atuam nos assentamentos, com o objetivo de suprir a dificuldade operacional do INCRA, facilitar a implantação dos projetos devido à proximidade dos parceiros com os assentamentos e reduzir custos (operacionais do Incra e contrapartidas). Do mesmo modo, tem-se buscado a parceria das famílias, que geralmente ficam responsáveis pelos serviços.

Esse envolvimento depende da sensibilidade ambiental e das condições econômicas das famílias. Também da estrutura e interesse dos parceiros, que têm apresentado dificuldades em executar as ações que lhes cabe com a agilidade necessária, o que torna os procedimentos morosos.

Quanto à participação das famílias, em geral, a maior dificuldade reside no desinteresse delas para com as ações ambientais. Em razão disso, atividades de educação ambiental são executadas por meio dos projetos de Manejo, mas o processo educativo ultrapassa a esfera de atuação do INCRA, ocorre em longo prazo e a recuperação de algumas áreas degradadas carece de urgência. Experiências têm mostrado que o engajamento das famílias é importante não só para a implantação das ações, mas para a manutenção delas.

Assim, uma grande dificuldade para implantação da ação de Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, tem sido conseguir parcerias que facilitem a implantação dos Projetos e possibilitem a redução dos custos deles, visto que são ações de custo elevado. Outra dificuldade diz respeito a, uma vez feitas as parcerias, efetivá-las a bom termo.

Principais dificuldades para implantação da ação de Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária:

- Grande número de projetos de assentamento, de extensão territorial e, por conseguinte, de passivo ambiental, demandando muitas ações e recursos (humanos e financeiros);
- Recursos humanos, físicos e financeiros do Instituto insuficientes para atender ao passivo ambiental dos projetos de assentamento a curto e médio prazo;

- Inexistência de levantamento detalhado sobre o passivo ambiental existente nos projetos de assentamento, sobretudo dos mais antigos, o que dificulta o planejamento;
- Em geral, as famílias assentadas não compreendem a importância da conservação do meio ambiente e da participação delas no contexto local para a construção de práticas e vivências sustentáveis, o que dificulta a implantação de ações de recuperação ambiental e acaba por gerar novos passivos;
- Ausência e/ou insuficiência da assistência técnica nos projetos de assentamento para orientação quanto a práticas sustentáveis de produção, bem como para elaboração e implantação de projetos de recuperação ambiental;
- No geral, as ações das demais divisões do INCRA não incorporaram nos procedimentos de rotina a vertente ambiental, sobrecarregando a equipe do serviço de meio ambiente. Como exemplo, problemas ambientais decorrentes do parcelamento, do georreferenciamento, da elaboração de PDAs e PRAs, da abertura e manutenção de estradas, que não são implantadas de acordo com as práticas adequadas de manejo e conservação do solo e/ou, quando existentes (camalhões por exemplo), são destruídas;
- Despreparo das prefeituras municipais em atenderem aos procedimentos exigidos para celebração de convênios (elaboração de projetos e de planos de trabalho, SICONV, documentação) e para implantação das ações;
- Dificuldade de atendimento às demandas do Ministério Público Federal e Estadual ou de condicionantes de licenciamento ambiental para resolver problemas ambientais graves e pontuais em projetos de assentamento quando os projetos técnicos expressam custos inferiores a R\$100.000,00 e/ou envolvem parcerias (geralmente com prefeituras municipais) sem repasse de recursos financeiros, os quais não têm previsão legal na Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 29 de maio de 2008.

2.3.2.7. Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XXXV - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21- Organização Agrária	631- Reforma Agrária	137- Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento	427- Concessão de Crédito- Instalação as Famílias Assentadas	Atividade	3	Família Atendida	847	2710	319,95	647

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela XXXVI -Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
21.493.182,00	82.910.073,00	78161.073,00	94,27%	3.757.200,00	4,53%	3.757.200,00	4,53%

Fonte: SIAFI

A SR 16 foi eficaz no cumprimento da meta de concessão de crédito instalação às famílias assentadas em relação à execução orçamentária, atingindo a marca de 319,95% da meta prevista.

Os recursos disponibilizados, em valor superior ao previsto na PO 2010, foram 94,27% empenhados, sendo os valores dos empenhos 263,65% a mais do que os valores previstos, ficando 95,47% destes valores em restos a pagar.

Os créditos foram providos, conforme modalidades e valores fixados pela Instrução Normativa INCRA nº 58, de 19 de março de 2010 nas modalidades Apoio Inicial, R\$ 3.200,00 por família; Aquisição de Material de Construção, R\$ 15.000,00 por família; Fomento, R\$ 3.200,00 por família e Recuperação / Material de Construção, até R\$ 8.000,00 por família.

Os assentamentos contemplados foram os seguintes:

APOIO INICIAL

Rancho Alegre, Arapuá, Indaiá, Estrela Campo Grande, Estrela Jaraguari, Liberdade Camponesa, Sete de Setembro, Canoas, Tupancreretan, Corguinho.

FOMENTO

Corguinho, Areias, Princesa do Sul, Santa Lucia, Eldorado Parte, Rancho Alegre, Piúva V, São Joaquim, Arapuá, Volta Redonda, Beira Rio, Alambari.

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO

Beira Rio, Barra Nova, Arapuá, Santa Mônica MST, Santa Mônica CUT, Santa Mônica Fetagri, Alambari CUT, Alambari Fetagri, Mutum-Ranildo Silva, Angélica-Santa Rosa, Alecrim, Itaquiraí FAF, Princesa do Sul, Eldorado I João Batista, Eldorado I APAGE, Eldorado II, Nossa Senhora Auxiliadora, Pedro Ramalho, Estrela Campo Grande, Corguinho, Sucesso, Avaré CUT,

Avaré Fetagri, Tupanceretan, Mateira, Morro Bonito, Jacob Carlos Franciosi, Canoas, Indaiá, Estrela Jaraguari, Piúva V, Teijin, Eldorado I, São João.

RECUPERAÇÃO

Andalucia, Capão Bonito III, Capão Bonito, Agua Viva, Aliança, Marcos Freire, Bonsucesso, Vista Alegre, Guardinha, Santo Thome, Córrego Dourado, Santa Guilhermina, Nossa Senhora Auxiliadora, Montana, Aldeia, Paraíso, Nery Ramos Volpato, Setenta e Dois, Pontal do Faia, Patagônia, Campanário, Tupanceretan, Itamarati II, Nova Era, Colorado, Valinhos, Canta Galo, Rancho Loma, Capão Bonito II, Santa Lucia, Serra, Sul Bonito, Corona, Monjolinho, Campina, Uirapuru, Tupambaê, São Sebastião, Floresta Branca, Fortaleza, São Cristovão, Juncal, Jibóia, Santa Irene, Boa Vista, Tamarineiro Sul e Norte, Taquaral, Paiolzinho, Patagônia, Santa Catarina, Primavera, Nova Querência e Boa Sorte.

A modalidade Apoio Inicial visa suprir as necessidades básicas para a instalação das famílias nos projetos de assentamentos. A modalidade Aquisição de Materiais de Construção destina-se à compra dos materiais de construção das unidades habitacionais e auxílio no valor da mão-de-obra. A modalidade Fomento visa ao fortalecimento das atividades produtivas e a modalidade Recuperação destina-se à recuperação das unidades habitacionais. Todos esses créditos são aplicados nos assentamentos no âmbito da SR 16(MS).

O crédito instalação, modalidade Recuperação, foi o que recebeu um aporte orçamentário maior no ano, foram empenhados o valor de R\$ 44.821.000,00 milhões de reais, representando mais de 50% dos créditos contemplados.

O percentual de empenhos liquidados de apenas 4,53% do estabelecido na PO 2010, é irrisório frente ao que foi planejado, ficando para trás um passivo empenhado de R\$74.403.873,00 milhões de reais, somados aos R\$ 28.179.600,00 milhões em 2009, tem-se o acumulo de R\$ 102.583.473,00 milhões de reais em restos a pagar. Considerado o percentual liberado pelo coordenador nacional da ação em 2010, seriam necessários mais de 27 anos para liquidar todos os recursos orçamentários.

Dos valores empenhados, R\$ 25.328.045,00 milhões de reais, são referentes às complementações dos créditos de instalação, principalmente na modalidade Aquisição de Materiais de Construção (R\$ 20.547.445,00). A falta dos recursos financeiros para liquidar estes empenhos pode causar uma paralisação geral nas construções das unidades habitacionais em vários assentamentos do Estado, causando imenso prejuízo às famílias e perda de materiais.

Todavia, existem dificuldades na aplicação destes recursos, pois o número de equipes que desenvolvem este processo na Superintendência e Unidades Avançadas (UAD, UAC e UAJ) é irrisório se comparado ao quantitativo de assentamentos no Estado.

Fatores como o afastamento de servidores que faziam parte do quadro estratégico da aplicação dos recursos, intervenções do Ministério Público Federal que levaram o Presidente do INCRA a suspender todos os pagamentos temporariamente e a determinação de verificação rigorosa de todas as entregas provocando a rescisão de vários contratos por parte de fornecedores que tiveram prejuízos com a demora nos pagamentos e pedidos de aumento que provocam novo processo de pesquisa e contratação. Haverá sérias dificuldades de continuidade destes créditos em 2011, dada a falta de credibilidade dos fornecedores devido às alterações que aumentaram a complexidade da contratação e fiscalização.

Além disso, é necessário que o INCRA obedeça fielmente às ordens cronológicas dos empenhos, liquidando primeiramente as Notas de Empenhos anteriores – justificando por escrito o coordenador nacional da ação por qualquer divergência a esse respeito. Isso se faz necessário para evitar que a Divisão de Desenvolvimento venha a ser responsabilizada pelo cancelamento de empenhos antigos;

2.3.2.8. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frotas veiculares, próprias ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XXXVII -Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta pré- vista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21- Organização Agrária	Administração Geral	137	2272	Atividade	4	-	-	-	-	-

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela XXXVIII - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
674.645,55	1.127.926,96	1.098.697,06	97%	1.010.635,63	90%	1.010.635,63	90%

Fonte: SIAFI

Cumprimento das metas físicas: Observando os números demonstrados anteriormente, verifica-se que esta ação foi muito bem sucedida, já que as metas foram quase todas superadas. Observa-se, em especial, que as ações que demandam maior deslocamento de servidores para o campo foram altamente eficientes no que se refere às metas.

Ações que apresentaram problemas de execução: No caso da ação de Consolidação (10YN), a aferição da meta é “Assentamento Consolidado”, que nos parece ser uma unidade de medida distante da realidade, já que as atividades são muito complexas e em grande quantidade por assentamento. Ou seja, mesmo com todo o trabalho desenvolvido pela equipe, e conseqüentes gastos de custeio, a meta não é atingida, não porque o trabalho não seja eficaz, mas porque a aferição é deficiente.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas: A Divisão de Desenvolvimento lida com um passivo muito grande demandas em ações herdadas de exercícios anteriores, e busca trabalhar não somente com vistas ao cumprimento das metas estabelecidas institucionalmente, mas sim o cumprimento de seus compromissos com o público alvo. As prioridades de trabalho são, antes de tudo, focadas nas necessidades de um público carente de todo o tipo de apoio.

Adicionalmente a isso, foram contabilizados, neste exercício, números resultantes de ações complexas que estavam em andamento desde exercícios anteriores, e acabaram por demonstrar frutos de estratégias de longo prazo.

Ações Prioritárias na LDO: Dentro do programa 0137, a prioridade definida na LDO foi a ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infra-estrutura Básica em Projetos de Assentamento. A meta que era de 415 famílias atendidas foi superada, sendo atendidas 2.487.

2.3.3. - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Este programa tem a atribuição de gerenciar e promover o ordenamento da estrutura fundiária nacional. Para tanto, desenvolve trabalhos que abrangem estudos para o zoneamento do país em regiões homogêneas, do ponto de vista sócio-econômico e das características da estrutura agrária, além de definir critérios para a fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal. Promove estudos e diagnósticos sobre a estrutura fundiária nacional, mercados de terras, controle do arrendamento e aquisição de imóveis rurais por estrangeiros, sistemas de produção e cadeias produtivas.

Como entidade cadastral, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), organiza e mantém atualizado um cadastro nacional de imóveis rurais, de proprietários e detentores de imóveis rurais, de terras públicas, de arrendatários e parceiros. Na condição de órgão gestor do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), promove a sua integração com outros sistemas de cadastro de terras propiciando o aumento do conhecimento e a correção da estrutura fundiária e sócio-econômica do meio rural. Promove, ainda, a identificação e a classificação do imóvel rural, mediante ações de fiscalização cadastral, contribuindo para a erradicação do trabalho escravo.

Através da Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária controla e executa a certificação de imóveis rurais, identificando e impedindo a superposição do registro imobiliário, numa ação conjunta com o sistema cartorário nacional, mediante ações de georreferenciamento desses imóveis.

É, ainda, responsável pelas atividades de discriminação, arrecadação e destinação das terras devolutas federais, através de ações de regularização fundiária, visando incorporá-las ao sistema produtivo. Além disso, coordena a execução das atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1. Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

- SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastro - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XXXIX - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Normatização e Fiscalização	138-Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	2105-Gerenciamento e Fiscalização de Cadastro Rural	Atividade	3	Declarações Processadas	5100	115.464	2264	-

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela XL - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
45900	59.100,00	43.965,21	74,39%	42.746,65	72,33%	42.746,65	72,33%

Fonte: SIAFI

No decorrer do ano o Setor de Cadastro Rural realizou o monitoramento de 21 UMC (Unidades Municipais de Cadastro), bem como a efetivação de mais de 03 Acordos de Cooperação Técnica com os municípios de Coxim, São Gabriel do Oeste e Paranaíba, efetuando a

capacitação de 06 funcionários das referidas prefeituras, totalizando 47 UMC's, ampliando a rede de atendimento do INCRA aos usuários do SNCR. Foram dados apoio técnico e orientação junto à Unidade Avançada de Corumbá sobre procedimentos de recepção e análise de atualização cadastral.

Com o auxílio da equipe do Setor de Cadastro Rural da Unidade Avançada de Dourados, foram realizadas 8241 atualizações cadastrais, ficando um passivo de 195 pendências, que se encontram diligenciadas aguardando providências da parte interessada para efetiva atualização.

2.3.3.2. Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Nesta ação não houve meta, nem descentralização de recursos para a SR 16, no exercício de 2010.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Modernizar banco de dados informatizado, objetivando manter atualizadas as informações sobre 5.000.000 de imóveis rurais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais - SNCR, e disponibiliza-lo via internet ao usuário. Integrar as diversas fontes de informações federais, estaduais e municipais, sobre o meio rural, visando a construção de um cadastro único, de forma a facilitar a definição de diretrizes de políticas agrária e agrícola.

Descrição: Manutenção e atualização do banco de dados responsável pela captação e pelo armazenamento das informações cadastrais literais e gráficas dos imóveis rurais e seus detentores.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

2.3.3.3. Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Marcelo Cunha.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XLI - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21-Organização Agrária	127-Ordenamento Territorial	138-Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	4426	A	4	hectare	5.208	4.090	78,53	1.118

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela XLII - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
78.125,00	1.042.886,50	143.267,12	13,74	91.804,72	8,80	91.804,72	8,80

Fonte: SIAFI

Devido à necessidade de regularização da área objeto da transcrição nº 15.514, Livro 3/W do CRI de Ponta Porã, localizada no município de Amambai, um total de 4.090,0000 ha (268 imóveis) esta foi georreferenciada como preparação para a posterior regularização.

As principais dificuldades encontradas pela Divisão (não só nesta ação) foram na falta de infra-estrutura tais como: falta de equipamentos para o trabalho, viaturas em condições inapropriadas, instalações da sede em situação precária com rede elétrica defeituosa e telhado quebrado e conseqüentes infiltrações e goteiras que chegam a encharcar o chão e molhar computadores impossibilitando os servidores de realizarem seu trabalho.

No que diz respeito ao cumprimento da Lei 10.267 de 2001 para os imóveis particulares no ano de 2010 foram analisados e certificados 1.467 processos de serviços georreferenciamento, sendo esta a ação de maior demanda física para a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

2.3.3.4. Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XLIII -Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21-Organização Agrária	127-Ordenamento Territorial	0138	2110	A	4	Imóvel regularizado	732	0	0	111

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela XLIV - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
300.000,00	10.965,00	9.086,45	82,87	9.086,45	82,87	9.086,45	82,87

Fonte: SIAFI

A previsão de regularização de imóveis passivos de titulação no ano de 2010, informada pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária da SR-16 foi de 111 imóveis totalizando uma área de 11.237,7493 ha. Não foi concluído nenhum processo de regularização no exercício de 2010 sendo que os mesmos estão em andamento.

Duas glebas identificadas compõem esse número de imóveis a ser regularizado:

- Gleba Foz do Apa, no município de Porto Murtinho, com 72 imóveis georreferenciados, dos quais 56 foram vistoriados para regularização e o restante são objetos de estudos da relação do ocupante com o imóvel.
- Gleba São Domingos, no município de Corumbá, com 39 imóveis georreferenciados que ainda não foram objetos de vistoria.
- No município de Amambaí foi identificada uma gleba na sede administrativa pendente de regularização sendo que seu respectivo registro se encontra como Transcrição nº 15.514,

Livro 3/W do CRI de Ponta Porã. Os trabalhos de georreferenciamento da área supracitada já foram iniciados.

A ação de regularização, assim como outras ações da Divisão sofrem com a reduzida força de trabalho, tomada em quase sua totalidade para os serviços de análise e certificação dos processos de georreferenciamento de imóveis rurais em atendimento a Lei 10.267/01.

2.3.3.5. Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Nesta ação não houve meta, nem descentralização de recursos para a SR 16, no exercício de 2010.

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

2.3.3.6. Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Nesta ação não houve meta, nem descentralização de recursos para a SR 16, no exercício de 2010.

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

2.3.3.7. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XLV - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21- Organização Agrária	122- Administração Geral	138	2272	A	4	Não há	Não há	----	----	Não há

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela XLVI - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
25.752,00	39.300,50	35.064,00	89%	24.946,00	63%	24946,00	63%

Fonte: SIAFI

2.3.4. Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1. Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XLVII - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21- Organização Agrária	Formação de Recursos Humanos	139	4572	Atividade	3	Servidor	115	112	97,39%	-

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela XLVIII - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
108.905,00	115.152,32	109.823,61	95%	100.373,61	87%	100.373,61	87%

Fonte: SIAFI

Esta ação cumpriu 97,39% do pactuado na meta física anual. Ou seja, de 115 capacitações propostas foram realizadas 112, executando 87% do seu orçamento. Um fator determinante para o cumprimento da meta foi a participação em cursos dentro do estado, diminuindo custos e possibilitando uma maior participação por parte dos servidores.

2.3.5. Programa 1120 – Paz no Campo

A Ouvidoria Agrária Nacional coordena o programa denominado PAZ NO CAMPO, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e que estabelece as seguintes ações:

- **Prevenção de Tensão Social no Campo:** A Ouvidoria Agrária Nacional promove o monitoramento das situações de tensão e conflitos no campo, para conhecimento das realidades internas e externas relacionadas a cada caso, diagnosticando as causas, de modo a subsidiar as autoridades competentes na tomada de decisões.
- **Capacitação de Mediadores de Conflitos Sociais:** A Ouvidoria Agrária Nacional realiza atividades de formação voltadas às pessoas que atuam diretamente na mediação e prevenção dos conflitos sociais, para aperfeiçoamento da ação destes agentes, com o objetivo de alcançar eficiência na resolução dos conflitos agrários.
- **Atendimento de Denúncias:** A Ouvidoria Agrária recebe, apura e busca soluções para resolver as denúncias que envolvem conflitos agrários pertinentes ao cumprimento das ações do Plano Nacional de Reforma Agrária.
- **Mediação de Conflitos Agrários:** Com a finalidade de buscar solução negociada e dirimir pacificamente as desavenças fundiárias e agrárias, a Ouvidoria intervém nos conflitos agrários instalados.
- **Apoio à estruturação de Instituições de Prevenção e Combate à Violência no Campo:** A Ouvidoria Agrária busca apoiar a estruturação de instituições que atuam no combate à violência no campo. Por meio desta ação, procura garantir a solidez dos diagnósticos sobre as situações de conflito agrário e a conseqüente realização de atividades de prevenção e combate à violência no meio. Promove, ainda, o atendimento relacionado às denúncias que envolvam as questões agrárias, com o objetivo de contribuir extrajudicialmente na resolução dos conflitos agrários. Busca soluções pacíficas, de forma desburocratizada e descentralizada, mediante parcerias com os estados, os municípios e a sociedade civil organizada, em cumprimento aos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários.
- **Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas:** Cabe à Ouvidoria Agrária Nacional articular, junto às diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento às famílias acampadas, diminuindo o impacto das dificuldades enfrentadas. Desse modo, busca garantir o cumprimento dos direitos humanos e o processo de formação para inclusão social e produtiva dessas famílias.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1. Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acessos a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicológica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XLIX- Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21- Organização Agrária	631- Reforma Agrária	1120- Paz no Campo	2109- Assistência Social, Técnica e jurídica as Famílias Acampada	Atividade	3	Família acampada assistida	915	1780	194,54%	-

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela L - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
102.500,00	387.695,00	373.488,68	96%	342.714,36	88%	342.714,36	88%

Fonte: SIAFI

A atuação da Superintendência na presente ação contou com trabalhos de campo e escritório, acolhendo solicitações e denúncias, apresentado respostas e orientações nos casos de solução imediata, como atendimentos de cunho informativo socializando as informações por meio

de reuniões e encaminhamentos aos setores internos do Incra e externos ao INCRA quando necessário.

Nas situações de soluções de médio e longo prazo, como nas mediações dos cumprimentos das ações judiciais de reintegrações de posse, a Ouvidoria Agrária Regional atuou com o apoio da Secretaria de Segurança Pública do Estado e com a participação da Polícia Militar.

Ressaltamos a contribuição e experiência do Comando do 8º BPM, no cumprimento das ações de reintegração na posse, buscando soluções pacíficas, preservando os direitos individuais e coletivos como o que ocorreu nas fazendas Guassu, Primavera e Mestiço todas na região sul do estado, área de atuação da Unidade de Dourados.

A área de jurisdição da Unidade Avançada de Dourados também somou a maior parte dos trabalhos da presente ação, por estar afeta a atuação e intervenção do Poder Judiciário e MPF nas atividades daquela jurisdição. Nos trabalhos desta ação destacamos a mobilização de vários órgãos, entidades Policiais e demais esferas do Poder Público Estadual, Poder Judiciário, Ministério Público Federal, Prefeitura, entidades civis como a Cruz Vermelha Brasileira, nos trabalhos de apoio aos trabalhadores rurais sem terras acampados.

No ano de 2010 as ações envolvendo as famílias acampadas denominados “Brasiguaios”, concentraram maior esforço na mediação e controle dos conflitos, em especial na ação relacionada com o cumprimento do acordo celebrado na audiência de conciliação do dia 18/10/2010 na Justiça Federal, Subseção Judiciária de MS 1ª Vara Federal comarca de Navirai, sob os autos nº 000543.56.2010.403.6006, com a finalidade da desocupação pacífica das margens da BR-163, quilômetros 92 a 98.

Nesta ação foi fundamental a participação da Ouvidoria Agrária Nacional em conjunto com a Comissão Nacional de Combate a Violência no Campo, que orientou a atuação com em parceria com outras entidades como Funasa, PRF, Prefeitura, MPF, PF, com resultados positivos para o efetivo cadastramento das famílias, para o benefício da ação da cesta de alimentos. Culminando no atendimento de forma pacífica da desocupação do local do antigo acampamento por iniciativa própria dos acampados motivados pela atuação dos órgãos envolvidos na questão.

Durante o exercício 2010, atendendo a recomendação nº 008/2010 do Ministério Público Federal foi realizado o recadastramento das famílias acampadas em todos os acampamentos de trabalhadores rurais sem-terra do Estado. Este cadastro objetivou apurar e identificar o número de famílias acampadas em situação de insegurança alimentar que pleiteiam acesso ao Programa Nacional de Reforma Agrária e que poderiam ser contempladas com Ação de Cestas de Alimentos.

Após o cadastramento, com a parceria da Polícia Rodoviária Federal, foram distribuídas mais quatro etapas de cestas de alimentos, totalizando o montante de distribuídos em 8 etapas. Os movimentos sociais discordaram da metodologia dos trabalhos desenvolvidos, o que certamente culminará em prioridade para discussão desta questão no próximo exercício.

Ainda na última semana de 2010, com o apoio da Unidade Avançada Dourados, mediação e articulação com o Poder Judiciário de Platão em Navirai/MS, PM, logramos êxito na desocupação pacífica da Fazenda Dom Arlindo em Navirai/MS.

Encerramos o ano de 2010 sem nenhuma propriedade ocupada ou invadida, ou qualquer conflito armado ou violento. Restando pendente, a situação da Fazenda Piquenique em Amambai/MS, que o INCRA aguarda conclusão da decisão judicial, os trabalhadores estão dentro da propriedade, o cenário apresenta-se pacífico.

2.3.6. Programa 1336 – Brasil Quilombola

Em 12 de março de 2004, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Quilombola (PBQ) como uma política de Estado para as áreas remanescentes de quilombos. O PBQ abrange um conjunto de ações inseridas nos diversos órgãos governamentais, com suas respectivas previsões de recursos, bem como as responsabilidades de cada órgão e prazos de execução. Dessas ações, a política de regularização é atribuição do Incra.

Por força do Decreto nº 4.887, de 2003, o Incra é o órgão competente, na esfera federal, pela titulação dos territórios quilombolas. Os estados, o Distrito Federal e os municípios têm competência comum e concorrente com o poder federal para promover e executar esses procedimentos de regularização fundiária. Para cuidar dos processos de titulação, o Incra criou, na sua Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária, a Coordenação Geral de Regularização de Territórios Quilombolas (DFQ) e nas Superintendências Regionais, os Serviços de Regularização de Territórios Quilombolas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1. Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LI- Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1336	1642	P	3	Comunidade Titulada	Zero	Zero	-	13

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela LII - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
171.214,00	148.687,10	116.655,26	78,46	104.728,30	70,44	104.728,30	70,44

Fonte: SIAFI

Esta ação aparece com o percentual de meta realizada zerada, porque a unidade de medida é Comunidade Titulada e a expedição do título a uma Comunidade Quilombola é o último ato de um extenso e complexo processo administrativo, que contém um grande número de etapas intermediárias, até que se chegue à expedição do título.

No ano de 2010, no que se refere à ação de Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos, o Serviço de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas da SR 16, em linhas gerais, efetuou os seguintes procedimentos:

- Comunidade Quilombola de Desidério Felipe de Oliveira/Picadinha (Dourados/MS): foi realizada a notificação pessoalmente a todos os proprietários de imóveis incidentes e lindeiros ao território

quilombola, acerca da publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID); foi analisada as contestações apresentadas ao RTID e submetido à apreciação do Comitê de Decisão Regional, etapas estas necessárias para a publicação da Portaria de Reconhecimento do Território Quilombola.

- Comunidade Quilombola Família Quintino (Pedro Gomes/MS): Foi elaborado grande parte das peças técnicas (Levantamento Fundiário, Planta e Memorial Descritivo, Cadastro Quilombola, Levantamento de Sobreposições e Relatório Agro-Ambiental) que compõem o RTID, cuja publicação estava prevista para 2010. Porém, para a sua finalização, está faltando o Relatório Antropológico, que está sendo elaborado por professores da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), no âmbito do convênio INCRA – UFGD, firmado em 2008.
- Comunidade Quilombola Família Osório (Corumbá/MS): Foi aberto o Processo Administrativo de Regularização Fundiária do território da Comunidade. Após a expedição do Certificado de Autodefinição pela Fundação Cultural Palmares (FCP), iniciamos as reuniões na Comunidade para esclarecimentos sobre os procedimentos contidos no Processo Administrativo no âmbito do INCRA.
- Comunidade Quilombola Tia Eva (Campo Grande); Comunidade Quilombola Família Jarcem (Rio Brilhante); Comunidade Quilombola Família Araújo Ribeiro (Nioaque); Comunidade Quilombola Família Cardoso (Nioaque); Comunidade Quilombola Furnas dos Baianos (Aquidauana): Nessas Comunidades, foram realizadas reuniões para esclarecimentos sobre os procedimentos em andamento no âmbito do Processo de Regularização Fundiária de seus territórios.

Cumpramos ressaltar que não obstante os procedimentos serem complexos e as demandas serem cada vez maiores por parte das comunidades, a equipe do Serviço de Regularização Fundiária dos Territórios Quilombolas, que contava com seis servidores, em 2010 passou a contar com apenas três servidores, ou seja, uma redução de 50% em sua força de trabalho.

Também, por conta da publicação de quatro Decretos Presidenciais declarando as áreas das Comunidades Quilombolas Chácara do Buriti (Campo Grande), Furnas da Boa Sorte (Corguinho), Furnas do Dionísio (Jaraguari) e São Miguel (Maracaju) de interesse social, o que torna possível os procedimentos para desapropriação, priorizamos os trabalhos de avaliação e/ou atualização das avaliações dos imóveis incidentes nos territórios dessas comunidades.

O trabalho com as comunidades quilombolas exige da equipe técnica, além da realização das etapas previstas no procedimento administrativo, o enfrentamento de pressões políticas e da resistência dos proprietários de terras nos locais. Há necessidade também de se fazer frente à extrema fragilidade com que se encontram as comunidades quilombolas. São escassos os investimentos organizativos e as políticas públicas que chegam a essas comunidades. Isso coloca o INCRA na condição de canalizador das pressões políticas e também das demandas das próprias comunidades.

2.3.6.2. Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LIII - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1336	0859	OP	4	Hectare – Área indenizada	421	1.512,6336	359,29	372,8978

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela LIV - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.000.000,00	3.101.108,87	3.101.108,87	100	3.101.108,87	100	3.101.108,87	100

Fonte: SIAFI

Na ação de Indenização de Benfeitorias de Terras aos ocupantes de imóveis demarcados e titulados aos remanescentes das comunidades de quilombos, houve uma extrapolação das metas previstas. Esse bom resultado deveu-se ao fato de que foi priorizado os trabalhos de avaliação dos imóveis incidentes aos territórios quilombolas que foram alvo de Decreto Presidencial. Foram quatro as Comunidades Quilombolas de Mato Grosso do Sul que tiveram as suas áreas decretadas como áreas de interesse social. São elas: Comunidade Quilombola Chácara do Buriti (Campo Grande), Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte (Corguinho), Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio (Jaraguari) e Comunidade Quilombola de São Miguel (Maracaju). Convém ressaltar que as avaliações dos imóveis incidentes nas Comunidades de Furnas de Dionísio e Chácara do Buriti ainda não foram finalizadas, e, portanto, não aparecem nas metas realizadas.

Outro fator que cabe destacar é que todo o processo de avaliação dos imóveis foi feito quase que exclusivamente por técnicos lotados no Serviço de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas da SR 16, o que agiliza bastante os trabalhos.

2.3.7. Programa 1350 – Educação no Campo

Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), tem a missão de ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Atua como instrumento de democratização do conhecimento no campo, ao propor e apoiar projetos de educação que utilizam metodologias voltadas para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Os jovens e adultos de assentamentos participam de cursos de educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e diferentes cursos superiores e de especialização. O Pronera capacita educadores, para atuar nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

O programa apóia projetos em todos os níveis de ensino, conforme relacionado abaixo:

Educação de jovens e adultos (EJA) – Desenvolve-se por meio da alfabetização e continuidade dos estudos escolares nos ensinos fundamental e médio. Os projetos contêm três ações básicas:

- Alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental;
- Capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores no ensino fundamental para que venham a atuar como agentes multiplicadores nas áreas de reforma agrária;
- Formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.

Ensino Médio e Técnico Profissionalizante – Destina-se à formação de professores no curso Normal e à formação de Técnicos Jovens e Adultos nas áreas de reforma agrária. Objetivam formar nos assentamentos profissionais capazes de contribuir para a melhoria das condições de vida das comunidades e promoção do desenvolvimento das áreas de reforma agrária.

Ensino Superior – Destina-se ao cumprimento da garantia de formação profissional, mediante cursos de graduação ou pós-graduação, em diversas áreas do conhecimento que qualifiquem as ações dos sujeitos que vivem e/ou trabalham para a promoção do desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Promovem o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades e as universidades, desenvolvendo metodologias apropriadas para as diversidades territoriais.

Para promover o desenvolvimento sustentável, as ações do programa têm como base a diversidade cultural e sócio-territorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico. Já as práticas educacionais têm como princípios o diálogo, a práxis e a transdisciplinaridade. O Pronera é uma parceria do Incra com movimentos sociais e sindicais de trabalhadores e trabalhadoras rurais, instituições públicas de ensino, instituições comunitárias de ensino sem fins lucrativos e governos estaduais e municipais

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1. Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Nesta ação não houve meta, nem descentralização de recursos para a SR 16, no exercício de 2010.

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluí-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida do Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

2.3.7.2. Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Nesta ação não houve meta, nem descentralização de recursos para a SR 16, no exercício de 2010.

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível

médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

2.3.7.3. Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LV - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21- Organização Agrária	366- Ensino Profissional	1350- Educação do Campo- PRONERA	8370	Atividade	3	Profissional Formado	117	Zero	Zero	117

Fonte: Espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR - Monitoramento

Tabela LVI - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
457.894,00	180.000,00	180.000,00	100%	120.000,00	66,67%	120.000,00	66.67%

Fonte: SIAFI

O Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária no Estado de Mato Grosso do Sul, em 2010, atuou nesta ação, em duas frentes:

- Em continuidade ao convênio (Destaque Orçamentário) celebrado entre o INCRA – Sede e a Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD/MS, para a realização do Curso de licenciatura em Ciências Sociais, em regime de Alternância (tempo comunidade e tempo Universidade), que teve seu início no ano de 2008, com previsão de término para o ano de 2012, sendo matriculados 60 alunos e contando atualmente com 57 cursistas;
- Acompanhamento ao convênio celebrado entre a Superintendência Regional do INCRA - SR 16(MS) e o Centro de Organização e Apoio aos Assentados – COAAMS, onde 45 alunos estão realizando curso de Ensino Médio integrado com Técnico em Agropecuária, em Regime de Alternância, na Escola Família Agrícola-COAAMS no município de Nova Alvorada do Sul.

A decisão do TCU no Acórdão nº 2653/2008, vedou a celebração de convenio para a execução do PRONERA. Com a reforma do citado Acórdão, através da decisão do TCU no Acórdão nº 3.269/2010, que retira a vedação à celebração de convênios para a execução do PRONERA e com o advento do Decreto nº 7.352/2010, publicado no Diário Oficial da União de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, regulamentando o Programa como política publica de educação do campo.

Este decreto estabelece em seu artigo 14, parágrafo único que “o INCRA celebrara contratos, convênios, termos de cooperação ou outros instrumentos congêneres com instituições de ensino publicas e privadas sem fins lucrativos e demais órgãos e entidades públicas para execução de projetos no âmbito do PRONERA”.

Em virtude da inserção do PRONERA como política publica de educação no campo, estabelecida pelo Decreto nº 7.352/2010, o manual do PRONERA esta sofrendo ajustes visando adequar-se as novas regras e melhorar o desempenho do Programa.

2.3.7.4. Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LVII - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21- Organização Agrária	Administração Geral	1350- Educação no Campo	2272	Atividade	4	-	-	-	-	-

Fonte: espelho PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR -Monitoramento

Tabela LVIII - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
25.000,00	49.796,00	33.743,03	67,76%	33.704,57	67,68%	33.701,57	67,68%

Fonte: SIAFI

2.3.8. Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) foi criado em 2003 com o objetivo de assessorar técnica, social e ambientalmente as famílias assentadas nos Projetos de Assentamento (PAs) da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo INCRA.

A ideia é tornar os PAs em unidades de produção estruturadas, com segurança alimentar garantida, inseridos na dinâmica do desenvolvimento municipal, regional e territorial, de forma ambientalmente sustentável. Uma das premissas do Programa é aliar o saber tradicional dos assentados aos conhecimentos científicos dos técnicos.

A ATES é executada em parceria com instituições públicas, privadas, entidades de representação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e organizações não governamentais ligadas à Reforma Agrária.

O programa atua com equipes técnicas constituídas por profissionais das ciências agrárias, sociais, ambientais e econômicas. Estas equipes trabalham nos assentamentos executando atividades como: elaboração de Planos de Desenvolvimento ou Recuperação de Projetos de Assentamento; acompanhamento e orientação técnica para as atividades produtivas e econômicas dos assentamentos; capacitação para assentados em diversos temas relacionados ao desenvolvimento rural; estímulo à organização social apoiando o fortalecimento e qualificação das associações e outras formas organizativas dos assentados; promoção de ações afirmativas visando à equidade de gênero, geração, raça e etnia nos projetos de assentamento.

Por seus princípios, objetivos e metodologia, o Programa de ATES é caracterizado atualmente como uma política pública de fundamental importância para o desenvolvimento dos Projetos de Assentamento, colaborando com a transformação da realidade das famílias assentadas e fortalecendo o elo entre os assentados e o meio onde estão inseridos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1. Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LVIX - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Extensão Rural	1427	4470	Atividade	3	Família Assistida	2.530	11.409	450,94	11.480

Fonte: Espelho do PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR – Monitoramento

Tabela LX -Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
R\$ 1.669.979,00	R\$ 7.139.808,71	6.651.453,77	93,16	941.411,67	13,18	R\$ 941.411,67	13,18

Fonte: SIAFI

A ação de Assistência Técnica, Social e Ambiental – ATES teve um incremento de mais de 450%, no número de famílias atendidas em relação àquele estabelecido na PO 2010, mantendo-se praticamente igual ao exercício de 2009. Isso se deve em grande parte à renovação dos instrumentos legais vigentes para a prestação dos serviços no estado.

A execução financeira da ação de ATES, que corresponde a R\$ 6.651.453,77 empenhados no exercício, evidencia a importância desta ação para o Programa de Reforma Agrária no Estado.

O total de famílias assistidas pelo Programa de Ates está dividido em dois convênios e dois contratos, conforme exposto a seguir:

- Foram mantidos em 2010 os serviços disponibilizados desde junho de 2008 através de convênio celebrado com o governo estadual, atendendo 5.125 famílias, nos Assentamentos: Andalucia, Aimoré, Lagoa Grande, Silvio Rodrigues, Eldorado I, Alambari, Jibóia, Santa Lucia, Eldorado II, Santa Mônica, Volta Redonda, São João, PAN, PANA, Piúva V, Nossa Sra. do Carmo, Lagoa Grande, Mateira, Teijin, Avaré, Alecrim, Tamarineiro I, Urucum, Mato Grande, Setenta e Dois e Serra. Neste convênio foram elaborados 16 PDAs e 6 PRAs.
- Foram renovados também os contratos cuja licitação ocorreu em dezembro de 2008, sendo contratadas 02 empresas para prestar serviços a 1.605 famílias, nos Assentamentos: Santo Antônio, Santa Mônica MST, Itaquiraí, Altemir Tortelli, Alambari FAF, Aba da Serra e Água Viva. O termo aditivo tem validade até 31/12/2011. Neste contrato estão sendo elaborados 7 PDAs.
- Foram renovados ainda, no exercício, os contratos com 03 empresas, as quais realizaram a prestação de serviços para 2.139 famílias, nos Assentamentos: Eldorado I, Eldorado II, Eldorado Parte, Barra Nova FETAGRI, Barra Nova MST, Alambari FETAGRI, Ranildo Silva, Foz do Rio Amambai, Estrela Jaraguari, Areias e Sucesso. Tais contratos têm vigência até novembro de 2011. Neste contrato estão sendo elaborados 11 PDAs.
- Em dezembro de 2009, foi celebrado mais um convênio com o Governo do Estado para atendimento a 2.540 famílias em 16 projetos de assentamento, o qual também foi renovado até 31/12/2011. Neste convênio foram elaborados 13 PDAs e 9PRAs.
- A renovação dos convênios foi necessária, pois o atraso no repasse dos recursos à entidade prestadora do serviço impediu o cumprimento integral do contrato, haja vista que a última parcela somente foi repassada em novembro de 2010, devido ao não-encaminhamento à Superintendência dos recursos financeiros pelo Incra-Sede. Como não havia sido concluído o objeto e não havia necessidade de repasse de recursos financeiros adicionais por parte do Incra, a renovação foi o melhor caminho.
- No caso dos contratos, a renovação foi realizada considerando-se o bom desempenho das equipes de Ates e a situação atual dos Projetos de Assentamento, pois muitos deles já se encontram em fase de elaboração e contratação de Projetos de PRONAF e o encerramento dos mesmos poderia

ser prejudicial ao desenvolvimento dos mesmos. Foi construído um bom relacionamento com o Incra-Sede, o que possibilitou o aporte de recursos e a continuidade do processo.

- Outro fator importante foi a contratação, via Chamada Pública e já amparada na Lei nº 12.188/2010, de entidade prestadora de serviços e Ates e elaboração de 19 PDAs para 1.976 famílias nos assentamentos Jacob Carlos Franciozi, Princesa do Sul, Magno Oliveira, Cabeceira do Rio Iguatemi, Caburey, Santa Luzia, Estrela Campo Grande, Corguinho, Rancho Alegre, Torre de Pedra, Liberdade Camponesa, Ouro Branco, Sete de Setembro, Canoas, São Joaquim, Vinte de Março, Indaiá I, Indaiá II, Indaiá III e Indaiá IV, com valor total de R\$ 2.621.980,74.

Desta forma, todos os assentamentos que se encontram em fase de recebimento de créditos de instalação e/ou contratação de PRONAF no âmbito da Superintendência Regional possuirão, em 2011, serviços de Ates contratados. Um total de 67 PAs e 11.480 famílias será atendido.

O baixo percentual de execução financeira deve-se ao fato de a superintendência ter se adiantado e realizado o empenho dos recursos a serem utilizados em 2011 ainda no exercício 2010, entre os meses de novembro e dezembro. Por este motivo, no exercício 2011 não deverá ocorrer, a princípio, empenho de recursos para utilização dentro do mesmo exercício e a realização de empenhos para o exercício 2012 ficará condicionada à aprovação do Plano Plurianual 2012-2015, uma vez que o atual PPA encerra-se em 31/12/2011.

Outro fator que colabora para tal desempenho na execução financeira é o fato de o repasse de recursos financeiros ocorrer de maneira morosa e contingenciada, o que acarreta atraso nos pagamentos por períodos de até três meses, o que prejudica tanto o desenvolvimento das atividades quanto a liquidação dos empenhos ao final do exercício.

A não-utilização de um total de R\$488.354,94 deveu-se à necessidade de proceder a ajustes contratuais em função da quantidade de famílias regularmente inseridas em RB ser inferior à capacidade instalada dos assentamentos. A quantidade insuficiente de servidores no setor de Ates impossibilitou o remanejamento dos recursos para utilização em outros PAs, uma vez que tal procedimento demanda tempo para estudo e elaboração de projeto básico.

Considerando a grande quantidade de famílias assentadas e o reduzido número de funcionários do INCRA, a prestação de serviços de ATES constitui grande oportunidade para a melhoria na execução de ações de desenvolvimento nos assentamentos, tais como: aplicação de crédito, através do auxílio aos assentados para efetivação de compra de materiais e prestação de contas junto ao INCRA; regularização fundiária, através de retratos atualizados da ocupação, informando ao INCRA as possíveis alterações na ocupação das parcelas; levantamento da necessidade e elaboração de projetos de agroindústria e comercialização; acompanhamento da execução das atividades de manejo ambiental, etc.

Ocorre que a adoção destas providências depende da efetivação de uma mudança na estratégia operacional do Programa de Desenvolvimento dos Assentamentos, tarefa árdua enquanto o processo está em andamento. Faz-se necessário estabelecer ampla discussão sobre o assunto, buscando alternativas de gestão, como o Gespública, por exemplo, onde são adotadas metodologias de territorialização e integração de ações.

2.3.8.2. Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXI - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub-função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Administração Geral	1427	2272	Atividade	4	-	-	-	-	-

Fonte: Espelho do PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR – Monitoramento

Tabela LXII - Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
92.569,00	128.951,95	117.724,04	91,29	97.307,50	75,46	R\$ 97.307,50	75,46

Fonte: SIAFI

2.3.9. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Este programa tem a responsabilidade de gerir as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento, orçamento, administração financeira, contabilidade, patrimônio, recursos humanos e serviços gerais.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1. Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXIII - Execução Física das ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
Organização Agrária	Administração Geral	0750 – Apoio Administrativo	2000-Administração da Unidade	A	4	-	-	-	-	--

Fonte: Espelho do PPA 2008-2011, Caderno de Metas 2010 e SIR – Monitoramento

Tabela LXIV -Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=f/b)
1.700.000,00	2.012.057,43	1.911.236,59	95%	1.368.326,73	68%	1365.074,45	68%

Fonte: SIAFI

2.4. Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Quadro 1 - Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
22201- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária	Superintendência Estadual de Mato Grosso do Sul/ Sr-16(MS)	373058

Fonte: SIAFI

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.4. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 2 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	492010927200890181	10.640,06	-	-
		373001	492012112201352272	-	-	27.074,54
		373001	492012112201372272	-	-	1.425.033,44
		373001	492012112201372272	-	-	18.649,70
		373001	492012112207502000	3.252,28	-	2.367.391,73
		373001	492012112213502272	-	-	164.950,53
		373001	492012112501382105	-	-	81.698,25
		373001	492012112701382110	-	-	19.818,21
		373001	492012112701384426	-	-	945.472,50
		373001	492012112701388378	-	-	263.230,30
		373001	492012112713361642	-	-	155.234,32
		373001	492012112801394572	-	-	115.654,32
		373001	49201213631350837	-	-	180.000,00
		373001	49201216061427447	-	-	7.139.808,71
		373001	49201216310135837	-	-	121.120,26
		373001	492012163101358384	-	-	228.129,72
		373001	492012163101358387	-	-	356.557,37
		373001	49201216310137YN	-	-	159.565,19
		373001	49201216310137B06	-	-	777.451,79
		373001	492012163101374358	-	-	176.493,50
		373001	492012163101378398	-	-	216.124,55
		373001	492012163111202109	-	-	460.234,03
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	373001	492012112201352272	10.000,00	-	-
		373001	492012112201372272	7.188,00	-	-
		373001	49201211201382272	21.535,80	-	-
		373001	49201211220750200	160.445,64	-	-
		373001	492012112701384426	107.500,00	-	-
		373001	492012163101354460	-	3.936.773,63	-
		373001	492012163101370427	-	82.910.073,00	-
		373001	492012163101378396	4.556.307,02	-	-
		373001	492012163113360859	-	3.101.108,87	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 3 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	17.098,15	-	17.098,15	-
Tomada de Preços	1.991.766,94	2.789.740,44	830.254,70	780.088,80
Concorrência	3.114.339,67	4.029.473,01	214.222,13	941.411,67
Pregão	1.969.249,61	3.075.110,38	1.306.735,43	1.879.747,98
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	301.816,51	2.945.004,72	281.424,98	256.711,78
Inexigibilidade	601.305,89	420.052,83	359.710,75	331.494,61
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	225.505,50	218.031,67	225.455,50	218.031,67
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	1.407.951,15	1.714.435,17	1.407.951,15	1.714.435,17
Outros				
Não se aplica	71.276.447,38	88.989.978,28	34.116.276,77	13.462.551,84

Fonte: SIAFI

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 4 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal								
08 – Outros Benefícios Assistências	10.659,36	13.892,34	10.659,36	13.892,34	-		10.659,36	13.892,34
2 – Juros e Encargos da Dívida								
NÃO APLICAVEL À UJ					-			
3 – Outras Despesas Correntes								
14 – Diárias – Pessoal Civil	1.407.951,15	1.714.435,17	1.407.951,15	1.714.435,17	-	-	1.407.951,15	1.714.435,17
30 – Material de Consumo	1.150.285,86	1.418.132,44	1.150.285,86	1.418.132,44	-	-	784.680,38	839.106,44
33 – Passagens e Despesas com Locomoção	216.093,60	330.077,59	216.093,60	330.077,59	-	-	194.411,55	243.869,84
35 – Serviços de Consultoria	6.130,00	-	6.130,00		-	-	6.130,00	
36 – Outros Serviços de Terceiros – P Física	56.260,41	62.449,96	56.260,41	62.449,96	-	-	56.260,41	62.408,50
37 – Locação de Mão-de-obra	782.819,13	907.374,89	782.819,13	907.374,89	-	-	729.454,39	818.915,89
39 – Outros Serviços de Terceiros – P Jurídica	5.883.407,17	7.718.364,05	5.883.407,17	7.718.364,05	-	-	1.123.674,18	1.607.249,43
41 – Contribuições/Transferências Cons Públicos	1.495.987,33	224.959,55	1.495.987,33	224.959,55	-	-	120.000,00	120.000,00
47 – Obrig. Tribut. e Contrib-OP Intra-Orcamentarias	17.315,99	17.241,01	17.315,99	17.241,01	-	-	17.315,99	16.846,40
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	1.927,41		1.927,41		-	-	1.927,41	
93 – Indenizações e Restituições	16.648,23	23.459,87	16.648,23	23.459,87	-	-	16.648,23	23.459,87

Fonte:

2.4.2.3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Quadro 5 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos								
41- Contribuições	7.128.190,51	1.806.803,80	7.128.190,51	1.806.803,80	-	-	1.824.845,84	788.251,37
51- Obras e Instalações- Op Int Orç	2.522.662,25	2.754.003,22	2.522.662,25	2.754.003,22	-	-	443.836,52	739.851,58
52- Equip e Material Permanente- Op Intra Orç	20.293,95	291.134,28	20.293,95	291.134,28	-	-	12.085,50	100.561,36
5 – Inversões Financeiras					-	-		
61- Aquisição de Imóveis	1.242.556,86	7.037.882,50	1.242.556,86	7.037.882,50	-	-	1.242.556,86	7.037.882,50
66- Concessão de Empréstimos e Financiamento	57.549.000,00	78.161.073,00	57.549.000,00	78.161.073,00	-	-	29.369.400,00	3.757.200,00
6 – Amortização da Dívida					-	-		

2.4.2.4. Análise Crítica

No ano de 2010, a Superintendência Regional do INCRA em Mato Grosso do Sul passou por várias alterações em sua execução orçamentária. Com o advento do Decreto 7144/2010 ocorreu o contingenciamento dos recursos por parte do Governo Federal afetando principalmente o assentamento de novas famílias dentro do Programa Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

As principais ações atingidas com o corte foram:

4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária – com o corte de R\$ 6.428.054,00 milhões, e redução da meta física em 704 famílias;

8387 - Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais – com redução de recursos em torno de 12%

8384- Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária- não alterou com o decreto;

8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária – redução do recurso em torno de 38,82;

8396 – implantação de infraestrutura básica em Assentamentos – redução de 44% no orçamento passando do inicialmente previsto de R\$ 7.976.966,00 para R\$ 5.281.429,00;

8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento – redução de 59% no orçamento;

4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento - redução de 43% sobre o inicialmente previsto;

0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas - esta ação não sofreu cortes com o Decreto. Ao contrario, houve liberação de recursos além do previsto que foram empenhados nos meses de novembro e dezembro de 2010. Este fato é positivo do ponto de vista orçamentário pois, garante a possibilidade de atendimento de um maior numero de famílias mas, por outro lado aumenta o passivo de crédito a ser aplicado pela Superintendência. Considerando a situação de numero de servidores atuando nesta ação e o quantitativo de recursos a ser executado observa-se uma disparidade que precisa ser corrigida sob pena de anulação de empenhos emitidos anteriormente.

Ademais, como mencionado anteriormente, esta Superintendência Regional do INCRA em Mato Grosso do Sul sofreu fortes interferências negativas em sua execução orçamentária em decorrência da operação Tellus, ocorrida no final de Agosto de 2010 e que, culminou com a prisão do Superintendente Regional, de um grupo de servidores e o afastamento de chefias em cargos de confiança.

A investigação do Ministério Público Federal demandou ao INCRA revisão de procedimentos e fiscalização em ações já desenvolvidas, gerando re-trabalho e paralisação da execução orçamentária, pois, praticamente no segundo semestre as atividades voltaram-se a atender as demandas judiciais.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Quadro 6 - Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação (ha) multiplicado por 100.	• Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. • Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.	101,97%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. • Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	76,01%

Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	0,00
-----------------------------------	--	-----------------------------------	-----------	---------------	-------------	---	---	------

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	• Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. • Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.	4.976,70
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício[5], no	• Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	0,00

Assentamento	ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.					nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.	- Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. - Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.	10,67

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	0,0

Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	• Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	6,74%
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. • Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.	8,34%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	☐ Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; ☐ Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra.	0,0
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	5060

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	38,28
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	0,00
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	□ Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	0,0
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	□ Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	0,00
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	0,00

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	☐ quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	112
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	☐ número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	30hs
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Quantidade de convênios com status "aprovado" no exercício/Quantidade de convênios com status "comprovado" no exercício)multiplicado por 100.	☐ SIAFI e SICONV	
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Porcentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	12

[1] Inclui processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitadas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

3.1. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Quadro 7 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
Razões e Justificativas:					

Fonte:

Não houve movimentação nas Contas nº 21.211.11.00, 21.212.11.00, 21.213.11.00, 21.215.22.00, 21.219.22.00.

4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Quadro 8 - Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2008	314.738,25	-	-	314.738,25
2009	46.319.494,41	3.853.869,34	21.636.783,86	20.514.102,96
2010	84.594.833,88	-	-	84.594.833,88
Observações: O saldo acumulado em restos a Pagar dos exercícios 2008, 2009 e 2010 é de R\$ 105.423.675,09.				

Fonte: SIAFI

Análise Crítica

Primeiramente, tem-se a consignar que a quase integralidade dos recursos supramencionados, devidamente inscritos em restos a pagar, são advindos da não-liberação, pelo Órgão Central, de recursos financeiros suficientes para a perfeição da realização das despesas públicas respectivas em sua época própria, qual seja: até o término do exercício financeiro de 2010.

Em outros casos, tiveram como ensejo despesas referentes ao mês de competência de dezembro/2010. Nesses termos, por referirem-se em sua maioria a despesas de trato sucessivo, como cediço, somente atingiram sua regular liquidação em 31 de dezembro, não se mostrando possível o pagamento respectivo antes de janeiro do ano seguinte.

5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1.Composição do quadro de servidores ativos

5.1.1.Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Quadro 9 - Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provento de cargo efetivo	-	212	2	15
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-		-
1.2 Servidores de Carreira	-	184	-	10
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	178	-	8
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	6	-	2
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	-	28	2	5
1.4.1 Cedidos	-	13	1	2
1.4.2 Removidos	-	-	1	3
1.4.3 Licença remunerada	-	15	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	-	-	-
2 Provento de cargo em comissão	-	16	-	2
2.1 Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	-	15	-	2
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	12	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	1	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	1	-	1
2.2.4 Sem vínculo	-	1	-	1
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-
2.3 Funções gratificadas	-	1	-	-
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	1	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-			
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-			
3 Total	-	228	2	17

Fonte: SDH

5.1.2.Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

Quadro 10- Composição do Quadro de Recursos Humanos – Por faixa etária

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	22	33	51	88	18
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	20	29	40	78	17
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	2	4	11	10	1
2. Provimento de cargo em comissão	1	2	5	6	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	5	5	2
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	1	0

Fonte: SDH

5.1.3.Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010

Quadro 11 - Composição do Quadro de Recursos Humanos – Por nível de escolaridade

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	0	1	4	83	124	0	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	1	3	75	105	0	0	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	1	8	19	0	0	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	2	14	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	2	13	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	1	0	0	0
<u>LEGENDA</u> <u>Nível de Escolaridade</u> 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SDH

5.2. Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

5.2.1. Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Quadro 12 - Composição do Quadro de Servidores Inativos

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	30	5
1.1 Voluntária	26	4
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	4	1
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	37	0
2.1 Voluntária	34	0
2.2 Compulsório	0	0
2.3 Invalidez Permanente	3	0
2.4 Outras	0	0

Fonte: SDH

5.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Quadro 13 - Composição do Quadro de Instituidores de pensão

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	33	0
2. Proporcional	14	3

Fonte: SDH

5.3. Composição do quadro de estagiários

Quadro 14 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	12	12	12	14	24.800,00
· Área Fim	4	5	5	7	10.416,00
· Área Meio	8	7	7	7	14.384,00
Nível Médio	11	13	13	14	17.085,00
· Área Fim	5	6	6	6	7.705,00
· Área Meio	6	7	7	8	9.380,00

Fonte: SDH

5.4. Custos associados à manutenção dos recursos humanos

5.4.1. Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

Quadro 15 - Composição do Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios 2008, 2009 e 2010

Valores em R\$ 1,00

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	11.047.944,02		91.0325,67	285.810,96	911.450,09	638.913,71	3.161,22	13.797.605, 67
2009	10.797.768,27		970.746,34	325.367,25	1.307.664,65	589.875,83	404,25	13.991.823,59
2010	11.309.894,44		1.038.406,91	304.667,96	1.814.297,57	1.274.951,98	0,00	15742.218,82
Servidores com Contratos Temporários								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0

Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008					74.556,14			74.556,14
2009					124.807,89			124.807,89
2010					92.965,73			92.965,73
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	0	0	0	0	0	0	0	0
2009	0	0	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	0	352.689,18	0	0	61.424,69	0	0	414.113,80
2009	0	344.859,07	0	0	123.879,27	0	0	468.738,34
2010	0	310.179,99	0	0	110.709,09	0	0	420.889,08
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008	0	4.989,00	0	0	441,62	0	0	5.430,62
2009	0	5.052,12	0	0	249,42	0	0	5.301,54
2010	0	5.052,12	0	0	2.482,60	0	0	7.534,72

Fonte: SDH

5.5. Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

5.5.1. Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Quadro 16- Composição do Quadro de Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA em Mato Grosso do Sul													
UG/Gestão: 373058/37201							CNPJ: 00.375.972/0059-87						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	19.000/2009	26.852.970/0001-09	02/03/2009	02/03/2011	6	6	-	-	-	-	P
2009	V	O	32.000/2009	08.112.812/0001-30	20/08/2009	21/08/2011	8	8	-	-	-	-	P
2008	V	O	14.000/2008	04.731.108/0001-05	27/06/2008	27/06/2011	3	3	-	-	-	-	P
Observação:													
EGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Administração

Unidade Contratante													
Nome: Unidade Avançada de Jardim													
UG/Gestão: 373060/37201							CNPJ: 00.375.972/0067-97						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	45.000/2009	04.271.959/0001-12	18/12/2009	18/12/2011	2	2	-	-	-	-	A
2010	V	O	25.000/2010	10.599.807/0001-46	22/11/2010	22/11/2011	2	2	-	-	-	-	A
2005	V	O	14.000/2005	03.976.578/0001-76	01/09/2005	08/08/2010	2	2	-	-	-	-	E
Observação:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Administração

Unidade Contratante													
Nome: UNIDADE AVANÇADA DOURADOS-INCRA													
UG/Gestão:373061							CNPJ: 00.375.972/0066-06						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	CRT/MS/Nº33.000/09	04.731.108/0001-05	01.12.2009	01.09.2011	X	-	-	-	-	-	P
2010	L	O	CRT/MS/Nº1000/10	09.016.469/0001-93	30.01.2010	10.01.2011	X	-	-	-	-	-	A
Observação:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Administração

5.5.2. Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro 17 – Composição do quadro de Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional do INCRA em Mato Grosso do Sul													
UG/Gestão: 373058/37201						CNPJ: 00.375.972/0059-87							
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	1	O	1.000/2008	05.879.975/0001-88	18/01/2008	29/10/2010	-	-	9	12	-	-	E
2008	3	O	1.000/2008	05.879.975/0001-88	18/01/2008	29/10/2010	1	1	-	-	-	-	E
2010	1	O	23.000/2010	09.016.469/0001-93	03/11/2010	03/11/2011	-	-	13	13	-	-	P
2010	1	O	24.000/2010	11.920.420/0001-02	03/11/2010	03/11/2011	-	-	1	1	-	-	P
2010	3	O	24.000/2010	11.920.420/0001-02	03/11/2010	03/11/2011	1	1	-	-	-	-	P
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Administração

Unidade Contratante													
Nome: Unidade Avançada de Jardim													
UG/Gestão: 373060/37201					CNPJ: 00.375.972/0067-97								
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	42.000/2009	10.492.129/0001-18	12/12/2009	11/12/2011	-	-	2	2	-	-	P
2009	1	O	45.000/2009	04.271.959/0001-12	18/12/2009	18/12/2011	-	-	1	1	-	-	P
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Administração

Unidade Contratante													
Nome: UNIDADE AVANÇADA DOURADOS-INCRA													
UG/Gestão: 373061							CNPJ: 00.375.972/0066-06						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	CRT/MS/Nº43.000/09	10.492129/0001-18	31.12.09	13.10.10	-	-	X	-	-	-	P
2009	1	O	CRT/MS/Nº44.000/09	10.492.129/0001-18	31.12.10	13.10.11	-	-	X	-	-	-	P
2009	1	O	CRT/MS/Nº41.000/09	03.790.751/0001-47	31.12.09	31.12.10	-	-	X	-	-	-	A
Observação:													
LEGENDA													
Área:													
1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;													
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis													
3. Serviços de Copa e Cozinha;													
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;													
5. Serviços de Brigada de Incêndio;													
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;													
7. Outras.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Divisão de Administração

5.5.3. Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Quadro 18 – Composição do quadro de distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
19.000/2009	7	6	Div. de Administração
32.000/2009	8	8	Div. de Administração
23.000/2010	1	13	Div. de Administração
24.000/2010	1	1	Div. de Administração
24.000/2010	3	1	Div. de Administração
14.000/2008	8	3	Unidade Avançada de Corumbá
45.000/2009	7	2	Unidade Avançada de Jardim
25.000/2010	8	2	Unidade Avançada de Jardim
45.000/2009	1	1	Unidade Avançada de Jardim
42.000/2009	1	2	Unidade Avançada de Jardim
44.000/10	1	1	Unidade Avançada de Dourados
44.000/10	1	1	Unidade Avançada de Dourados
44.000/10	1	1	Unidade Avançada de Dourados
41.000/09	1	1	Unidade Avançada de Dourados
1000/2010	3	3	Unidade Avançada de Dourados
33.000/09	2	1	Unidade Avançada de Dourados
CONTRATO CIEE	1	1	Unidade Avançada de Dourados
LEGENDA Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; 7. Higiene e Limpeza; 8. Vigilância Ostensiva; 9. Outras.			

5.6. Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Não são utilizados indicadores gerenciais relativos à absenteísmo, acidentes de trabalho e doenças ocupacionais, educação continuada, satisfação e motivação, disciplina, níveis salariais e demandas trabalhistas. Com relação à rotatividade é efetuado acompanhamento dos egressos de servidores que ingressaram Na Superintendência Regional do INCRA em razão da realização de concursos públicos realizados em 2004 e 2005. Quanto a disciplina é um dos fatores da avaliação relativa ao período de estágio probatório. No tocante ao desempenho funcional os servidores que não atingiram o último padrão da última classe do respectivo cargo anualmente são avaliados para fins de progressão funcional, sendo que será implantada em 2011 sistemática de avaliação de desempenho individual e institucional para fins de concessão das gratificações de desempenho (GDARA e GDAPA), nos termos do disposto no Decreto nº 7.133/10.

Periodicamente são elaborados relatórios gerenciais para avaliação da força de trabalho que compõe o Quadro de Pessoal do INCRA a nível Nacional. Os últimos demonstrativos elaborados abordaram os seguintes temas: ativos x aposentados; aposentadorias ocorridas ao longo dos anos; distribuição da força de trabalho por unidade; perspectivas de aposentaria, quadro de egressos de novos servidores, dentre outros.

É evidente a gravidade da insuficiência de recursos humanos que determina uma priorização para as unidades finalísticas em detrimento da área meio.

Assim, a implementação de novos estudos e indicadores a nível de Superintendência Regional só será possível com o ingresso de novos servidores. O contingente disponível para atividades relativas à gestão de recursos humanos não atende satisfatoriamente a demanda. Em decorrência são priorizadas atividades relativas à implantação em folha de pagamento de vantagens decorrentes de decisões judiciais, prestação de esclarecimentos aos órgãos de controle, instrução de pedidos de aposentadoria, pensão, abono permanência, licenças/afastamentos diversos, participação em eventos de treinamento externos, manutenção do cadastro funcional (SIAPEcad e SIAPE), avaliação de estágio probatório e progressão), coordenação e acompanhamento de eventos de capacitação e implementação de benefícios (auxílio-transporte, alimentação, pré-escolar, assistência à saúde suplementar).

6. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

6.1.Transferências efetuadas no exercício

6.1.1.Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro 19 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade concedente ou contratante									
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra									
CNPJ:03.375.972/0001-60				UG/GESTÃO: 373058					
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores pactuados		Valores repassados		Vigência		Situação da transf.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Início	Fim	
1	SIAFI626997	03.981.081/0001-46	2.483.398,47 (corrigido)	249.439,34	593.611,00	2.483.398,47	27/06/2008	02/03/2011	1
1	SICONV 724684/2009	03.981.081/0001-46	1.193.592,33	153.592,33	557.438,76	557.438,76	20/12/2009	20/12/2011	1
1	SICONV 707587/2009	03.217.916.0001-96	206.000,26	6.000,00	200.000,00	200.000,00	31/12/2009	20/02/2011	1
1	SICONV 707424/2009	03.217.916.0001-96	309.000,86	9.000,86	300.000,00	300.000,00	31/12/2009	20/02/2011	1
1	CRT/MS/ Nº 0001/2009	37.186.418/0001-45	627.750,00	87.750,00	180.000,00	300.000,00	24/03/2009	24/03/2012	1
1	SICONV 708957/2009	03.575.727/0001-95	299.377,32	8.719,73	192.094,40	223.094,41	31/12/2009	20/02/2011	1
1	SICONV 705177/2009	03.575.727/0001-95	299.377,72	8.719,73	179.052,99	179.052,99	29/12/2009	20/05/2011	1
1	SICONV	24.616.187/0001-10	470.341,66	5.041,66	0	325.710,00	31/12/2009	01/05/2011	1

	703949/2009								
1	SICONV 708949/2009	03.501.525/0001-07	612.168,09	18.183,22	245.915,47	245.915,47	30/12/2009	31/01/2011	1
1	SIAFI 627081/2008	03.452.307/0001-11	132.534,19	21.534,19	0	111.000,00	30/06/2008	01/02/2009	2
1	SIAFI 00017/2008	15.389.588/0001-94	190.048,76	56.841,40	0	151.561,00	30/12/2008	31/03/2011	1
1	SIAFI 00016/2009	03.343.118/0001-00	119.960,00	6.000,00	0	113.960,00	20/12/2008	30/11/2010	1
1	SIAFI 629151/2008	07.466.455/0001-46	423.991,74	333.791,75	0	90.200,00	25/07/2008	25/08/2008	2
1	SICONV 704058/2009	15.403.041/0000-04	4.120.000,00	120.000,00		1.349.594,20	30/07/2009	30/07/2011	1
1	SICONV 724597/2009	37.212.719/0001-04	514.024,80	54.192,67	188.132,13	228.714,80	30/12/2009	31/12/2011	1
1	SIAFI /2008	37.212.719/0001-04	789.413,08	80.771,22	0	395.733,53	12/12/2008	22/06/2011	1
1	SIAFI 30000/2007	37.212.719/0001-04	575.591,52	25.591,52	0	550.000,00	31/12/2007	01/08/2009	4
1	SICONV 737875/2010	03.452.299/0001-03	1.263.416,29	37.902,49	629.309,12	629.309,12	01/07/2010	30/03/2011	1
1	SICONV 737886/2010	01.561.372/0001-50	258.711,22	8.711,22	0	0	22/06/2011	22/06/2011	1
1	CRT/MS Nº 32.000/2006	15.465.016/0001-47	30.800,00	2.800,00	0	28.000,00	21/12/2006	21/03/2007	2
4	SIAFI 626997/2007	03.981.081/0001-46	0	0	0	0	31/05/2007	31/12/2011	1
1	SIAFI 627028/2008	03.155.942/0001-37	233.246,47	10.100,00	0	233.246,47	30/07/2008	01/01/2009	4
1	SICONV 707597/2009	03.501.574/0001-31	480.242,04	28.952,04	161.928,00	262.116,00	01/12/2009	24/06/2011	1
1	SIAFI 652864/2008	03.501.574/0001-31	171.225,70	41.770,45	129.455,25	129.455,25	31/12/2008	26/01/2011	1
1	SIAFI 652925/2008	03.501.574/0001-31	200.866,23	20.166,33	61.786,00	180.700,00	29/12/2008	29/04/2010	4
1	SIAFI 652924/2008	03.501.574/0001-31	327.088,77	32.708,77	0	304.300,00	29/12/2008	31/03/2010	4
1	CRT/MS/Nº	03.501.574/0001-31	236.033,66	23.633,66	212.400,00	212.400,00	30/12/2008	30/12/2010	1

	43.000/2008								
1	CRT/MS/Nº 27.000/2008	03.501.574/0001-31	583.699,02	39.199,02	0	544.500,00	21/12/2007	15/12/2008	2
1	SICONV Nº 708601/2009	03.434.792/0001-09	363.525,00	14.541,00	116.500,00	116.500,00	30/12/2009	29/06/2011	1
1	SIAFI 313415/2004	02.739.054/0001-07	2.328.137,35	316.794,85	0	1.886.477,88	30/12/2004	18/12/2011	1
1	SIAFI 517880/2004	03.083.526/0001-70	3.083.749,36	300.501,69	0	2.489.474,87	30/12/2004	31/12/2011	1
1	SIAFI 513513/2004	04.159.170/0001-74	2.902.059,40	427.408,40	0	2.245.911,00	15/10/2004	31/12/2011	1
1	SIAFI 517919/2004	03.130.378/0001-06	1.217.804,01	135.292,44	0	1.138.667,67	31/12/2004	31/12/2011	1
1	SIAFI 517803/2004	03.945.814/0001-97	2.539.045,82 (corrigido)	301.386,81	0	2.124.483,94	30/12/2004	31/12/2011	1
1	SIAFI 527106/2005	01.915.288/0001-97	4.285.647,01	537.212,97	0	2.559.978,61	30/12/2004	22/06/2011	1
1	SIAFI 527113/2005	02.019.131/0001-46	4.006.900,00	413.435,13	0	2.386.444,83	30/12/2004	22/06/2011	1
1	SICONV Nº 724496/2009	15.410.665/0001-40	167.073,13	26.556,93	118.017,69	118.017,69	31/12/2009	19/06/2011	1
1	SIAFI 0014/2008	24.651.200/0001-72	159.602,62	44.223,38	18.978,78 (cancelamento de empenho)	90.571,12	30/12/2008	30/04/2011	1
1	SIAFI ° 535379/2005	AGESUL	5.768.397,80	524.399,80	0	5.245.000,00	18/12/2005	30/04/2011	1
1	SIAFI 605487/2007	03.155.934/0001-90	85.355,00	8.535,50	0	76.810,50	31/12/2007	15/03/2009	2
1	SIAFI 605237/2007	03.888.989/0001-00	1.232.000,00	36.960,00	0	398.346,66	31/12/2007	15/05/2008	2
1	SICONV 737541/2010	03.501.581/0001-88	262.850,02	22.850,02	158.942,25	158.942,25	15/06/2010	14/06/2011	1
1	SIAFI 542731/2005	04.202.329/0001-96	1.034.780,00	104.600,00	0	930.180,00	30/12/2005	31/12/2006	2
1	SIAFI 535462/2005	04.202.329/0001-96	445.280,00	40.480,00	0	404.800,00	26/12/2005	17/07/2006	2

1	SIAFI 523092	04.202.329/0001-96	594.888,58	54.080,78	0	594.888,58	05/05/2005	05/03/2006	2
4	SIAFI 533092/2010	03.434.792/0001-09	0	0	0	0	03/03/2010	03/03/2011	1
3	SIAFI 603331/2010	03.501.574/0001-31	0	0	0	0	05/02/2010	31/12/2012	1
1	CRT/MS 190000/2008	03.073.699/0001-08	207.400,00	7.400,08	26.162,97	200.000,00	28/02/2009	28/02/2010	4
1	26.000/2007	03.576.220/0001-56	927.908,42	27.837,26	0	900.071,16	28/12/2007	15/11/2008	4
1	SIAFI 627078/2008	03.155.942/0001-37	260.344,11	17.088,76		243.255,35	30/06/2008	31/12/2008	4
1	CRT/MS 18.000/2007	03.575.727/0001-95	237.580,77	11.879,04		225.701,73	30/06/2008	30/04/2009	4
1	CRT/MS/Nº 41.000/2008	03.073.699/0001-08	324.404,76	39.404,76	82.200,730	285.000,00	31/12/2007	30/12/2008	4
1	CRT/MS/Nº 26.000/2007	03.576.220/0001-56	927.908,42	27.837,26	0	900.071,16	31/12/2007	15/12/2008	4
1	CRT/MS/Nº 20.000/2008	15.410.665/0001-40	103.250,00	3.250,00		100.000,00	01/07/2008	30/08/2009	4

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Divisão de Administração

6.1.2. Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro 20– Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou contratante						
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra						
CNPJ: 03.375.972/0001-60				UG/GESTÃO: 373058		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	15	13	03	8.233.421,29	5.921.901,21	4.328.993,96
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	01	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	01	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-		-	-	-
Totais						

6.1.3. Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Quadro 21– Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra					
CNPJ: 03.375.972/0001-60		UG/GESTÃO: 373058			
Modalidade	Qtd. De instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	29	41.372.880,12	28.185.091,97	13.632.944,23	68,00
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	01	0	0	0	-
Termo de Cooperação	02	0	0	0	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	32	41.372.880,12	28.185.091,97	13.632.944,23	

Fonte:

6.1.4. Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Quadro 22– Resumo dos instrumentos de transferência concedidos pela UJ na modalidade de convenio e de contratos de repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra					
CNPJ: 03.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373058		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		02	-
		Montante Repassado		326.360,00	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	02	-
			Montante Repassado (R\$)	485.000,00	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	-
			Montante Repassado (R\$	0	-
2009	Contas prestadas		Quantidade	06	
			Montante Repassado (R\$)	1.296.758,70	
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	0	
			Montante Repassado (R\$)	0	
2008	Contas prestadas		Quantidade	07	
			Montante Repassado (R\$)	2.276.373,17	
	Contas NÃO prestadas		Quantidade	0	
			Montante Repassado	0	

		(R\$)		
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	
		Montante Repassado (R\$)	0	

6.4.2 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Quadro 23 – Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra					
CNPJ: 03.375.972/0001-60			UG/GESTÃO: 373058		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas			05	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		02	
		Montante Repassado (R\$)		326.360	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	03	
			Quantidade de TCE	0	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	
			Montante repassado (R\$)	0	
	Quantidade de contas prestadas			06	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	04		
		Quantidade Reprovada	02		
		Quantidade de TCE	0	0	

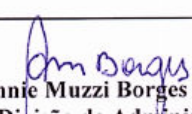
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado (R\$)	0	0
2008	Quantidade de contas prestadas		07	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	04	
		Quantidade Reprovada	03	
		Quantidade de TCE	0	0
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado (R\$)	0	0
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade	0	0
		Montante repassado	0	0

6.1.5. Análise Crítica

A reestruturação do setor de convênios, somada a instituição do Grupo de Trabalho – Ordem de Serviço/GAB nº 101/2010, possibilitou a análise e baixa de processos de convênios vencidos sem a análise de prestação de contas.

7. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

Declaração I - Declaração do Chefe da Divisão de Administração

DECLARAÇÃO	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL – INCRA/MS	373058/37201
Declaro que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.	
Local	CAMPO GRANDE/MS
Responsável	 Annie Muzzi Borges Chefe da Divisão de Administração SR-16/INCRA-MS

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Declaração II - Declaração do Chefe do Serviço de Desenvolvimento Humano



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas que os servidores desta Superintendência Regional do INCRA, em Mato Grosso do Sul, sujeitos à referida Lei, se encontram em dia com suas obrigações.

Por ser verdade firmamos a presente declaração.

Campo Grande, MS, 4 de março de 2.011.


Ney Fuzeta Péres
Função Gratificada - FG-1
Serv. de Des. Humano
Port. 490-II/2008

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1. Estrutura de controles internos da UJ

Quadro 24– Estrutura de Controle interno da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				x	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	x				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		x			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			x		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.			x		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			x		
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.		x			
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.		x			
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada,					x

armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			x		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		x			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		x			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		x			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		x			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			x		
Considerações gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

10.1. Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Quadro 25– Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? As lâmpadas adquiridas por esta Superintendência Regional são todas de modelo econômica. Não é possível mensurar o impacto alcançado com essa alteração, haja vista a adoção de outras práticas que provocaram a redução no consumo de energia.				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				

9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
<i>Considerações Gerais: Em linhas gerais, são tímidos os procedimentos para a realização de compras sustentáveis.</i>					
<u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1. Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1.1. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

Quadro 26–. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	MATO GROSSO DO SUL	1	3
	CAMPO GRANDE	1	1
	CORUMBÁ	0	2
Subtotal Brasil		1	3
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	cidade 1	0	0
	cidade 2	0	0
	cidade 3	0	0
	cidade 4	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	3

11.1.2. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

Quadro 27–. Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Dourados	1	1
	Jardim	1	1
	Total no Mato Grosso do Sul	2	2

11.1.3. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

Quadro 28–. Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico R\$	Data da Avaliação	Valor Reava- -liado	Imóvel R\$	Instalações R\$
373058	9051.00084.500-4	21	4	1.040.286,15	18/09/2001	---	16.102,23	24.089,96
373058	9063.00263.500-0	14	3	4.250,00	12/08/2005	---	0,00	0,00
373058	9063.00261.500-0	23	3	4.250,00	16/07/2003	---	0,00	0,00
Total							16.102,23	24.089,96

Fonte: SPIUnet e SIAFI 2011 -

11.1.4. Análise crítica:

- O imóvel de Campo Grande é utilizado para abrigar a sede administrativa da Superintendência Regional do INCRA e a Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário (DFDA). O imóvel apresenta deficiências na estrutura elétrica e hidráulica, o telhado constantemente exige reparos. O imóvel não comporta mais o tamanho da Superintendência e necessita de reformas e ampliação urgente e ainda não atende aos critérios de acessibilidade;
- Os terrenos de Corumbá apresentam características distintas: um esta invadido por diversas famílias e construções e o outro esta vago e totalmente ocioso. Como os terrenos não apresentam utilidade para a autarquia, recomendamos a alienação;
- Segundo o Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet) as avaliações dos imóveis da nossa Unidade Gestora (UG) estão vencidas, sendo assim solicitamos novas avaliações e aguardamos novas informações da Secretaria de Patrimônio da União (SPU-MS).

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1. Gestão de TI da UJ

Quadro 29 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.				X	
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.			X		
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	1 servidor efetivo e 1 estagiário				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.			X		
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.			X		
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.			X		
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.		X			
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	X				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	Informar o percentual de participação				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Quadro 30-- Cartões de pagamento do Governo Federal

Nº	CPF	SAQUE	FATURA	TOTAL 2009	SAQUE	FATURA	TOTAL 2009
1	001994258-33	38,80	7.145,31	7.184,11	186,37	5.986,23	6.172,60
2	010471571-52	428,60	1.017,56	1.446,16	-	-	-
3	004719690-44	2.464,00	3.933,23	6.397,23	547,00	1.698,95	2.245,95
4	004979108-70	-	631,00	631,00	-	1.239,63	1.239,63
5	028277272-34	-	1.157,85	1.157,85	-	-	-
6	048687811-20	-	665,06	665,06	-	-	-
7	060654062-87	140,00	7.474,91	7.614,91	90,60	6.269,38	6.359,98
8	063456971-68	91,50	1.424,49	1.515,99	1.592,17	232,83	1.825,00
9	063458161-91	319,98	6.318,32	6.638,30		5.598,51	5.598,51
10	064564976-71		7.489,46	7.489,46	100,00	2.276,67	2.376,67
11	073705801-30	343,30	6.227,98	6.571,28	1.320,55	7.726,64	9.047,19
12	079947104-68	8,00	5.821,11	5.829,11	125,00	4.143,13	4.268,13
13	092928518-29	1.900,00	1.575,40	3.475,40	993,60	-	993,60
14	084919228-57	-	7.811,96	7.811,96	-	4.851,19	4.851,19
15	096187268-35	-	78,92	78,92	-	1.850,06	1.850,06
16	101141061-34	5.166,00		5.166,00	-	-	-
17	104830121-49	48,00	129,88	177,88	-	-	-
18	107204641-53	828,62	27.702,42	28.531,04	1.016,47	10.988,97	12.005,44
19	107247021-72	229,99	8.014,39	8.244,38	340,47	8.145,99	8.486,46
20	109568321-72	4.772,20	2.094,61	6.866,81	700,00	618,43	1.318,43
21	115286018-66	-	2.776,53	2.776,53	-	3.451,87	3.451,87
22	124816701-59	10.305,00	4.485,00	14.790,00	1.650,00	953,00	2.603,00
23	144764361-53	160,00	1.433,34	1.593,34	-	-	-
24	153578481-49	-	1.099,99	1.099,99	-	-	-
25	156683981-53	-	142,60	142,60	-	-	-
26	160365491-72	-	4.402,71	4.402,71	1.134,63	4.620,15	5.754,78
27	164902741-91	159,60	5.837,42	5.997,02	678,99	4.446,51	5.125,50
28	171524658-60	-	2.564,00	2.564,00	-	2.902,93	2.902,93
29	193431098-06	20,00	1.843,93	1.863,93	-	462,98	462,98
30	214300391-91	1.721,50	2.458,26	4.179,76	2.450,00	997,04	3.447,04
31	271743791-68	6.580,08		6.580,08	75,42	230,97	306,39
32	271901101-00	-	347,59	347,59	-	297,51	297,51
33	274731551-72	7.240,30	552,65	7.792,95	-	-	-
34	298247531-68	1.960,00	-	1.960,00	790,00	541,20	1.331,20
35	309300301-68	807,00	-	807,00	-	-	-
36	317118989-53	595,90	3.544,21	4.140,11	-	1.185,63	1.185,63
37	321070641-72	-	2.180,91	2.180,91	-	50,00	50,00
38	434727101-87	-	2.203,44	2.203,44	40,00	487,86	527,86
39	49738585104	-	3.179,46	3.179,46	-	-	-
40	518708941-20	93,00	1.384,28	1.477,28	-	-	-
41	519867877-53	-	353,90	353,90	628,00	857,67	1.485,67
42	554431091-20	206,00	8.982,18	9.188,18	256,00	7.247,23	7.503,23
43	660175803-53	96,00	-	96,00	-	-	-
44	792870348-34	777,00	-	777,00	-	-	-
45	779800348-72	-	1.256,12	1.256,12	11.272,00	1.866,53	13.138,53

46	809365631-68	1.575,00	3.139,18	4.714,18	630,00		630,00
47	822930581-15	-	233,58	233,58		2.850,00	2.850,00
48	868857151-15	-	1.404,00	1.404,00	636,00	1.111,77	1.747,77
49	886481256-34	-	138,36	138,36	800,00	2.224,73	3.024,73
50	891043401-59	277,62	1.987,77	2.265,39	2.603,48	199,01	2.802,49
51	958453301-06	1.430,00		1.430,00	3.948,89	1.589,18	5.538,07
52	959897068-04	462,00	7.982,02	8.444,02	1.168,00	11.501,21	12.669,21
53	002589391-25	-	-	-	1.060,00	1.721,04	2.781,04
54	021231498-02	-	-	-	147,03	147,03	-
55	102958441-91	-	-	-	445,00	958,48	1.403,48
56	174284241-00	-	-	-	50,00	3.915,96	3.965,96
57	175416541-91	-	-	-	3.192,74	976,86	4.169,60
58	404236389-04	-	-	-		480,27	480,27
59	780872958-20	-	-	-		2.486,05	2.486,05
60	525184778-53	-	-	-	538,60	12.301,60	12.840,20
TOTAL		51.244,99	162.627,29	213.872,28	41.059,98	134.688,88	175.748,86

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro 31–. Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
CD	016.319/2009-3	1198/2010			AC-1198
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Fiscalização da Aplicação de recursos federais para Implantação do Assentamento dos Agricultores da Fazenda Eldorado/Gleba Alambari em Sidrolândia/MS					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Desenvolvimento de projetos de Assentamento					
Síntese da providência adotada:					
Foi realizado levantamento ocupacional nos lotes do Projeto de Assentamento Alambari e o relatório circunstanciado foi encaminhado ao TCU através do OFICIO/INCRA/SR-16/GAB/Nº 2062/2010 de 27 de julho de 2010.					
Síntese dos resultados obtidos					
Levantamento ocupacional dos lotes no projeto de Assentamento Almbari.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Com a deflagração da operação Tellus pela Polícia Federal no final do mês de Agosto de 2010, que culminou com a prisão do atual Superintendente, de alguns servidores e o afastamento de outros dos cargos de chefia, a Superintendência Regional passou por momentos de tribulação que não possibilitaram dar andamento ao atendimento das Deliberações do TCU pois, a partir do fato ocorrido as atividades desenvolvidas se deram, em sua maior parte visando atender as demandas judiciais.					

15.2. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Quadro 32–. Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA SR 16(MS)					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
CD	016.319/2009-3	1198/2010			AC-1198
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Fiscalização da Aplicação de recursos federais para Implantação do Assentamento dos Agricultores da Fazenda Eldorado/Gleba Alambari em Sidrolândia/MS					
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Com a deflagração da operação Tellus pela Policia Federal no final do mês de Agosto de 2010, que culminou com a prisão do atual Superintendente, de alguns servidores e o afastamento de outros dos cargos de chefia, a Superintendência Regional passou por momentos de tribulação que não possibilitaram dar andamento ao atendimento das Deliberações do TCU pois, a partir do fato ocorrido as atividades desenvolvidas se deram, em sua maior parte visando atender as demandas judiciais					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

15.3. Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Ministério do Desenvolvimento Agrário Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTE UJ responsável pela apresentação do processo anual de contas: <u>INCRA SR-16/MS</u> <u>RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº: 246641</u> Nº da CONSTATAÇÃO: 1.1.2.1 (073) Ausência de cobrança de débito imputado no convênio nº SIAFI 535462 (FUNDAÇÃO CANDIDO RONDON) bem como não encaminhamento do processo ao Ministério Público pertinente, para a tomada de providências cabíveis. RECOMENDAÇÃO Nº: 001 Que seja instaurada imediatamente Tomada de Contas Especial, para apuração dos valores utilizados indevidamente, bem como exigido o imediato ressarcimento ao erário, acrescidos dos juros de mora e correção monetária devidos. 1. Manifestação do Gestor Recomendação acatada. 1.1 Providências a serem Implementadas (texto) 1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010. 1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010. Processo encaminhado à comissão de Tomada de Contas Especial. RECOMENDAÇÃO Nº: 002 Dada a natureza dos fatos apontados (Relatório de Auditoria nº 224929 desta Controladoria), ressaltamos a necessidade de encaminhamento de cópia do processo referente ao convênio nº 535462 para o Ministério Público pertinente, para adoção das providências cabíveis. 1. Manifestação do Gestor Recomendação acatada. 1.1 Providências a serem Implementadas (texto) 1.1.a. Prazo de Atendimento: 07/12/2010. 1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010. Cópia integral do processo encaminhada ao Ministério Público Federal, OFÍCIO GAB Nº 2963/2010. Nº da CONSTATAÇÃO: 1.2.2.1 (074) Pagamento antecipado pelo conveniente às empresas contratadas, no valor de R\$ 736.694,97, bem como inércia do Incra/MS na tomada de providências ante às divergências entre as medições do Incra/MS e do conveniente. (AGESUL). RECOMENDAÇÃO Nº: 001 Como órgão concedente, que o Incra/MS oriente os partícipes dos convênios ou de outros instrumentos congêneres para o fiel Cumprimento aos ditames dos arts. 62 e 63 da Lei nº 4320/1964, alertando que o pagamento antecipado de despesas somente é cabível em situações excepcionabilíssimas, devidamente embasadas, sob pena de glosa de tais valores. 1. Manifestação do Gestor Recomendação acatada.	1
---	----------

possivelmente não aproveitados no âmbito deste convênio (nº 535379), consubstanciado em um valor de R\$ 580.671,73.

1. Manifestação do Gestor

Recomendação acatada.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Aplicação dos meios necessários ao cumprimento das normas.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

Processo de convênio, em análise, com o Grupo de Trabalho instituído pela Ordem de Serviço/Gab nº 101/2010 para emissão de parecer conclusivo sobre a prestação de contas final do convênio.

RECOMENDAÇÃO Nº: 002

Exija do conveniente a glosa e posterior ressarcimento do valor de R\$ 72.455,71 pago a maior, acrescidos de correção monetária e juros devidos, em decorrência do sobrepreço verificado no item de serviço 01.01 da planilha orçamentária da obra executada anteriormente.

1. Manifestação do Gestor

Recomendação acatada.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Aplicação dos meios necessários ao cumprimento das normas.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

Processo de convênio, em análise, com o Grupo de Trabalho instituído pela Ordem de Serviço/Gab nº 101/2010 para emissão de parecer conclusivo sobre a prestação de contas final do convênio.

Nº da CONSTATAÇÃO: 1.2.2.3 (076) TACURU.

Possível dano ao erário, devido a pactuação de convênio para realização de obras e serviços já existentes e ocorrência de fraude nos procedimentos licitatórios realizados para a execução dos serviços.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Que o Incra/MS proceda o imediato registro de INADIMPLÊNCIA deste conveniente no SIAFI, em virtude das irregularidades descritas acima, e instaure a devida Tomada de Contas Especial, para apuração dos fatos e quantificação de todos os valores aplicados irregularmente e a conseqüente exigência de ressarcimento ao erário - incluindo o débito de R\$ 34.816,09 já imputado pelo Ministério Público Federal, devidamente Corrigidos, sob pena de responsabilidade solidária.

1. Manifestação do Gestor

Os recursos liberados foram bloqueados, a pedido do Ministério Público Federal, e a conveniente, depois de notificada, apresentou a prestação de contas de parte do valor utilizado – R\$ 44.596,00 (quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e seis reais). Essa prestação de contas foi analisada e não foi aprovada pelo INCRA.



RECOMENDAÇÃO Nº: 002

Dada a gravidade dos fatos apontados, ratificamos a necessidade de encaminhamento de cópia do processo referente aos convênios nº SIAFI 542731 e 523092 para o Ministério Público pertinente, para adoção das providências cabíveis.

1. Manifestação do Gestor

Recomendação acatada.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)

Encaminhar cópia do processo ao Ministério Público Federal.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

Cópias retiradas, aguardando montagem do processo-cópia e expedição de ofício com encaminhamento ao Ministério Público Federal.

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.2.2.1 (078)

Inércia do Incra/MS ante a demora na prestação de contas do convênio 629151 e ausência das devidas providências cabíveis à situação.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Recomenda-se o registro imediato da INADIMPLÊNCIA da FAF/MS no SICONV/SIAFI, em virtude das irregularidades descritas, em observância ao disposto no Art. 56 § 2º da Portaria Interministerial nº 127/2008.

1. Manifestação do Gestor

A Federação da Agricultura Familiar -FAF apresentou a prestação de contas final do convênio e, após análise, o INCRA diligenciou a complementação de documentação. A documentação complementar foi apresentada e está em análise pelo Grupo de Trabalho instituído pela Ordem de Serviço/Gab nº 101/2010 para emissão de parecer conclusivo sobre a prestação de contas final do convênio.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)

Aguardar parecer conclusivo sobre a prestação de contas final do convênio.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

Complementação da documentação em análise pelo Grupo de Trabalho instituído pela Ordem de Serviço/Gab nº 101/2010 para emissão de parecer conclusivo sobre a prestação de contas final do convênio.

RECOMENDAÇÃO Nº: 002

Instaure a devida Tomada de Contas Especial, para apuração dos valores, identificação de responsáveis e quantificação dos danos causados ao erário, devido a não aprovação da prestação de contas.

1. Manifestação do Gestor

Aguardando parecer conclusivo sobre a prestação de contas final do convênio.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.



Complementação da documentação em análise pelo Grupo de Trabalho instituído pela Ordem de Serviço/Gab nº 101/2010 para emissão de parecer conclusivo sobre a prestação de contas final do convênio.

RECOMENDAÇÃO Nº: 003

Exija o ressarcimento de todos os valores repassados pelo Incra/MS e não comprovados pela FAF/MS, acrescidos de correção monetária e juros devidos, sob pena de responsabilidade solidária.

1. Manifestação do Gestor

Aguardando parecer conclusivo sobre a prestação de contas final do convênio.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto) –

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

Complementação da documentação em análise pelo Grupo de Trabalho instituído pela Ordem de Serviço/Gab nº 101/2010 para emissão de parecer conclusivo sobre a prestação de contas final do convênio.

RECOMENDAÇÃO Nº: 004

Que o INCRA/MS aperfeiçoe o setor responsável pela gestão de convênios dotando o mesmo com estrutura física, capacitação, treinamento e recursos humanos adequado à carga de trabalho.

1. Manifestação do Gestor

Recomendação acatada.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Lotação de mais um servidor no setor de convênios e capacitações periódicas, principalmente para análise de prestação de contas.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

Atualmente dois servidores atuam no setor de convênios e mais de 20 (vinte) servidores passaram por capacitação, para atuação no SICONV, em maio de 2010.

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.3.2.1 (042)

Enquadramento incorreto de contratações de empresas por inexigibilidade de licitação - Não comprovação de inviabilidade de competição.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Que o INCRA/SR-16/MS somente contrate serviços e adquira bens com fundamento no art. 25 da Lei nº 8.666/1993 (inexigibilidade de licitação), quando restarem comprovados os requisitos da inviabilidade de competição previstos no citado dispositivo legal.

1. Manifestação do Gestor

Recomendação acatada.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Divulgar o teor do relatório de auditoria entre os servidores que atuam na instrução processual das aquisições/contratações realizadas pelo setor de licitações desta Superintendência Regional.

LP

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.5.3.1 (079)

- Ausência de notificação ao Poder Legislativo respectivo quanto ao repasse de recursos aos municípios convenentes (art 35 da Portaria Interministerial 127/2008).
- Ausência de análise dos procedimentos licitatórios realizados pelos convenentes e descumprimento do art. 35, parágrafo único, da Portaria Interministerial nº 127/2008.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Que o INCRA/MS promova a devida análise dos editais e dos custos licitados logo após a homologação e adjudicação, pelas convenentes, do processo licitatório.

1. Manifestação do Gestor

Recomendação acatada.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Atribuir essa tarefa aos fiscais dos convênios.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

Prática que requer maior sistematização.

RECOMENDAÇÃO Nº: 002

Que o Incra/MS promova as diligências necessária para dar conhecimento ao poder Legislativo competente das liberações de recursos de convênios, em cumprimento ao art. 35 da Portaria Interministerial nº 127/2008.

1. Manifestação do Gestor

Recomendação acatada.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Nenhuma, haja vista que a prática já está estabelecida como rotina.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

Durante o exercício de 2010 todas as liberações de recursos de transferências foram informadas ao Poder Legislativo competente.

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.5.3.2 (080)

Ausência de fiscalização física em instrumentos de transferência celebrados pela unidade no exercício de 2009.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Que o INCRA/MS faça cumprir o art. 51 da Portaria Interministerial n.º 127/2008, no sentido de exercer rigorosamente sua função fiscalizadora, no que se refere à execução de convênios nos quais a unidade figure como concedente de recursos, aumentando o acompanhamento "in loco" e exigindo tempestivamente providências do conveniente a fim de sanar as divergências encontradas.

1. Manifestação do Gestor

Na medida do possível a fiscalização, quando se trata de convênio envolvendo obras de infraestrutura, é realizada pelo menos 02(duas) vistorias, uma de acompanhamento e outra final quando da conclusão para se verificar o atingimento dos objetivos do convênio.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Intensificar as ações de fiscalização dos convênios.



1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

RECOMENDAÇÃO Nº: 002

Que o INCRA/MS aperfeiçoe o setor responsável pela gestão de convênios dotando o mesmo com estrutura física, capacitação, treinamento e recursos humanos adequado à carga de trabalho.

1. Manifestação do Gestor

Recomendação acatada.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Reforçar o Setor de Convênios com mais técnicos e persistir no processo de capacitação.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 07/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

Nº da CONSTATAÇÃO: 2.5.3.3 (082)

Ausência de cancelamento de convênio expirado.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Que a unidade promova o imediato cancelamento do termo de convênio nº 6388448, expirado desde 22/04/2009, ante a não execução deste.

1. Manifestação do Gestor

Recomendação acatada.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Solicitar o imediato cancelamento do convênio.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 10/12/2010

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

Convênio a ser cancelado.

Nº da CONSTATAÇÃO: 3.1.2.1 (038)

Deterioração de veículo cedido indevidamente.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Que o INCRA/MS apure a responsabilidade em relação à deterioração do veículo cedido indevidamente, adotando as providências necessárias para o ressarcimento ao erário.

1. Manifestação do Gestor

No que concerne a recomendação de nº 18 do Relatório de Auditoria nº RA224929 e considerando que o veículo Chevrolet S-10, placa HQH 5348, devolvido a esta Superintendência em 27/07/2009, foi classificado como irrecuperável pela Comissão especial de Classificação de Materiais, instituída por meio da Ordem de Serviço/INCRA/SR-16/GAB/Nº233/2009 de 30/10/2009, insta informar foi instruído Procedimento Administrativo Disciplinar cadastrado sob o número 54000.002141/2009-32 que visa apurar possível autoria ou infração ao que determina a legislação

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Definidas a partir da conclusão do Procedimento Administrativo Disciplinar.



1.1.a. Prazo de Atendimento:

1.1.b. Situação (texto) em: 07 /12 /2010.

Nº da CONSTATAÇÃO: 3.1.3.1 (044)

Pagamento de valores a maior para empresa contratada.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Que a unidade desconte os dias em que a empresa não atuou no mês de Dezembro/2008, referente ao Pregão nº11/2008.

1. Manifestação do Gestor

Recomendação acatada.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Nenhuma. Haja vista que a empresa informou que fará o recolhimento do valor devido até o dia 20 de dezembro de 2010.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

Aguardando o recolhimento no valor de R\$ 249,15 (duzentos e quarenta e nove reais e quinze centavos) referente a três dias não trabalhados na Unidade Avançada de Dourados.

Nº da CONSTATAÇÃO: 4.2.2.1 (037).

Não cumprimento da meta física da ação 4572, apesar da elevada execução financeira.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Que no estabelecimento das metas para a Ação 4572 do Programa 0139, sejam observados os compromissos já assumidos pela unidade, de modo que as metas físicas e financeiras não sejam superestimadas ou subestimadas.

1. Manifestação do Gestor

O elevada execução orçamentária dos custos com treinamento no Estado de Mato Grosso do Sul, é elevada uma vez que a maioria dos cursos de qualidade são realizados fora do Estado, o que onera a ação. Além disso ocorreram cortes no orçamento o que inviabilizou o aumento de oportunidades de treinamento (metas físicas).

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Melhorar o planejamento da ação, considerando os custos operacionais e a possibilidade de limitações orçamentárias.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31 /12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07 /12 /2010.

RECOMENDAÇÃO Nº: 002

Que a unidade faça constar no Relatório de Gestão informações sobre as para o não atingimento das metas físicas estabelecidas.

1. Manifestação do Gestor

Recomendação acatada.



1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Incluir no Relatório de Gestão informações que esclareçam a divergência entre a aplicação dos recursos e atingimento de metas da ação.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31 /12 /2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12 /2010.

Nº da CONSTATAÇÃO: 4.2.3.1 (043)

Contratação de serviços por Inexigibilidade de Licitação (art. 25, Caput da Lei 8.666/93), quando o correto seria o enquadramento no art. 25, inc. II da Lei 8.666/93.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Que o INCRA/SR-16/MS somente contrate serviços e adquira bens com fundamento no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/1993 (inexigibilidade de licitação), quando restarem comprovados os requisitos da inviabilidade de competição previstos no citado dispositivo legal, enquadrando nos incisos do art. 13 quando para contratação de capacitação profissional.

1. Manifestação do Gestor

Recomendação acatada.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Divulgar o teor do relatório de auditoria entre os servidores que atuam na instrução processual das aquisições/contratações realizadas pelo setor de licitações desta Superintendência Regional.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

As cópias estão sendo retiradas para os encaminhamentos.

RECOMENDAÇÃO Nº: 002

Que o INCRA/MS aperfeiçoe o setor de licitações dotando o mesmo com capacitação, treinamento e recursos humanos adequado à carga de trabalho.

1. Manifestação do Gestor

Recomendação acatada.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Contemplar o setor de licitações e contratos com capacitações periódicas.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

No exercício de 2010, mais 3 (três) servidores foram capacitados para atuarem como pregoeiros nesta Superintendência Regional.



Nº da CONSTATAÇÃO: 5.1.1.1 (039)

Utilização indevida do Cartão de Pagamento do Governo Federal para pagamento de despesas não eventuais e descumprimento à recomendação da CGU.

RECOMENDAÇÃO Nº: 001

Que se utilize o Cartão de Pagamento do Governo Federal para realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação regulamentado (empenho, liquidação e pagamento), com a realização de procedimento licitatório e/ou dispensa de licitação para outras aquisições.

1. Manifestação do Gestor

Recomendação acatada. Entretanto

Os deslocamentos de servidores são imprescindíveis para a realização das atividades pertinentes à reforma agrária e, devido ao distanciamento entre os assentamentos e a sede, o abastecimento mediante a utilização de Cartão de Pagamento do Governo Federal é a alternativa mais utilizada.

1.1 Providências a serem Implementadas (texto)¹

Orientar os condutores que abasteçam as viaturas preferencialmente nos municípios onde há Unidades Avançadas, haja vista a existência de contratos nessas localidades.

1.1.a. Prazo de Atendimento: 31/12/2010.

1.1.b. Situação (texto) em: 07/12/2010.

Condutores já cientificados.

Dirigente Máximo da UJ responsável pela apresentação das contas

Nome: Manuel Furtado Neves

Cargo: Superintendente Regional - Interino

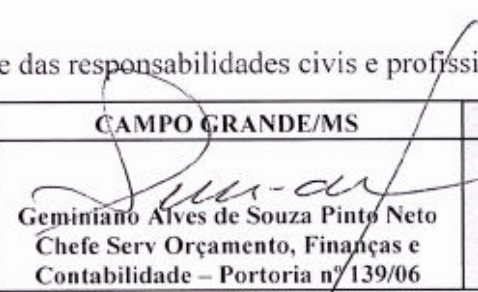
¹ Discorrer sobre a forma de implementação da recomendação proposta de modo a oferecer parâmetros para o acompanhamento.



Parte B - Informações Contábeis da Gestão

16. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

Declaração III – Declaração plena do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
SUPERINTENDENCIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL – INCRA/MS			373058/37201
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	CAMPO GRANDE/MS	Data	
Contador Responsável	 Geminiano Alves de Souza Pinto Neto Chefe Serv Orçamento, Finanças e Contabilidade – Portaria nº 139/06	CRC nº	CRC/001881/MS

17. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

Quadro 33 - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373058/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE M.G. DO SUL-INCRA/SR-16
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 28/02/2011	PÁGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
ATIVO FINANCEIRO	105.436.043,58	46.319.717,22	PASSIVO FINANCEIRO	105.423.897,90	46.319.717,22
CREDITOS EM CIRCULACAO	105.436.043,58	46.319.717,22	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	105.423.675,09	46.319.494,41
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	454.471,76	1.194.411,82	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	105.423.675,09	46.319.494,41
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	104.981.571,82	45.125.305,40	A LIQUIDAR	105.423.675,09	46.319.494,41
ATIVO NAO FINANCEIRO	1.378.093.840,17	1.381.551.323,92	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	222,81	222,81
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-99.860.350,83	-43.016.689,04	VALORES DIFERIDOS	222,81	222,81
CREDITOS EM CIRCULACAO	-99.906.076,88	-43.100.283,98	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-105.423.675,09	-46.319.494,41
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-104.981.571,82	-45.125.305,40	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-105.423.675,09	-46.319.494,41
DIVERSOS RESPONSAVEIS	218.529,22	218.529,22	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-105.423.675,09	-46.319.494,41
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	4.856.965,72	1.806.492,20	PASSIVO REAL	222,81	222,81
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	45.726,05	83.594,94	PATRIMONIO LIQUIDO	1.483.529.660,94	1.427.870.818,33
ESTOQUES	45.726,05	83.594,94	PATRIMONIO/CAPITAL	1.427.870.818,33	1.374.362.289,80
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.471.957.536,44	1.418.959.134,74	PATRIMONIO	1.427.870.818,33	1.374.362.289,80
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	245,48	245,48	RESULTADO DO PERIODO	55.658.842,61	53.508.528,53
DEPOSITOS COMPULSORIOS	245,48	245,48	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	1.483.529.883,75	1.427.871.041,14
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.471.957.290,96	1.418.958.889,26	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-1.427.871.041,14	-1.374.362.512,61
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	222.551.683,75	204.806.883,75			
CREDITOS A RECEBER	1.245.405.607,21	1.214.152.005,51			
PERMANENTE	5.996.654,56	5.608.878,22			
IMOBILIZADO	5.994.419,30	5.606.642,96			
BENS MOVEIS E IMOVEIS	6.019.511,73	5.606.642,96			
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-25.092,43	0,00			
INTANGIVEL	2.235,26	2.235,26			
ATIVO REAL	1.483.529.883,75	1.427.871.041,14			
ATIVO COMPENSADO	49.855.756,32	47.755.099,72	PASSIVO COMPENSADO	49.855.756,32	47.755.099,72
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	49.855.756,32	47.755.099,72	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	49.855.756,32	47.755.099,72
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	44.215.780,82	41.522.446,69	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	44.215.780,82	41.522.446,69
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	5.639.975,50	6.151.604,33	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	5.639.975,50	6.151.604,33
OUTRAS COMPENSACOES	0,00	81.048,70	COMPENSACOES DIVERSAS	0,00	81.048,70
ATIVO	1.531.385.640,07	1.475.626.140,86	PASSIVO	1.533.385.640,07	1.475.626.140,86



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

LO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
TÍTULO	373058/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE M.G. DO SUL-INCRA/SR-16
NO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2010	DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO	PÁGINA
28/02/2011	1

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
RECEITAS CORRENTES	42.073,34	1.088.300,27	DESPESAS CORRENTES	11.175.121,49	9.837.418,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	42.073,34	1.088.300,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.892,34	10.659,36
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.204,39	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.032.011,39	9.654.452,59
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	15.115.220,27	46.648.494,54	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	44.959,55	1.315.987,33
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	15.006.593,17	41.599.729,23	OUTRAS DESPESAS	10.987.051,84	8.338.465,26
SUB-REPASSE RECEBIDO	15.006.370,36	40.067.597,65	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	129.217,76	172.306,92
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	15.006.370,36	40.067.597,65	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	129.217,76	172.306,92
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	222,81	1.532.131,58	DESPESAS DE CAPITAL	90.044.607,55	68.452.039,17
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	108.627,10	5.048.765,31	INVESTIMENTOS	4.845.652,05	9.660.482,31
ORDEN DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	106.216,32	5.036.000,13	INVERSOES FINANCEIRAS	85.198.955,50	58.791.556,86
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	106.216,32	5.036.000,13	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.649.863,19	14.246.676,27
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	2.406,78	12.765,18	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS	222,81	222,81
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	260.579.124,30	119.407.418,63	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	222,81	222,81
VALORES EM CIRCULAÇÃO	46.319.717,22	26.763.209,40	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.649.640,38	14.246.453,46
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	46.319.717,22	26.763.209,40	ORDEN DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	1.606.362,65	13.145.388,01
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	222,81	222,81	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.258.147,85	1.229.686,58
VALORES DIFERIDOS	222,81	222,81	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	348.214,80	11.915.701,43
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	109.277.544,43	47.513.300,91	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	43.277,73	1.101.065,45
RESTOS A PAGAR	109.277.544,43	47.513.300,91	DISPÊNDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	172.865.621,29	74.608.079,13
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	105.423.675,09	46.319.494,41	VALORES EM CIRCULAÇÃO	105.436.043,58	46.319.717,22
CANCELADO	3.853.869,34	1.193.806,50	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	105.436.043,58	46.319.717,22
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	104.981.639,84	45.130.685,51	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	222,81	1.532.131,58
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	104.981.571,82	45.125.305,40	VALORES DIFERIDOS	222,81	1.532.131,58
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	104.981.571,82	45.125.305,40	DEPOSITOS	0,00	793,89
DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES	68,02	5.380,11	CONSIGNAÇÕES	0,00	462,51
EXERCÍCIOS ANTERIORES	68,02	5.380,11	RECURSOS DO TESOURO NACIONAL	0,00	331,38
			OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	46.319.494,41	25.736.246,93
			FORNECEDORES	0,00	2.653,71
			DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	2.653,71
			RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	46.319.494,41	25.711.131,46
			VALORES EM TRANSITO	0,00	22.461,76
			AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	21.109.860,49	1.019.189,51
			BAIXA DE DIREITOS	21.109.860,49	1.019.189,51
			CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	21.109.860,49	1.019.189,51
INGRESSOS	275.735.213,52	167.144.213,44	DISPÊNDIOS	275.735.213,52	167.144.213,44



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNÇÃO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373058/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE M.G. DO SUL-INCRA/SR-16
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 28/02/2011	PÁGINA 1

TÍTULOS	2010	2009
RECEITAS ORÇAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	42.073,34	1.088.300,27
RECEITAS NÃO TRIBUTARIAS	42.073,34	1.088.300,27
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.204,39	0,00
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTARIAS	40.868,95	1.088.300,27
DESPESAS ORÇAMENTARIAS		
PREVIDÊNCIA SOCIAL	10.640,06	7.619,44
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	16.611.002,82	78.281.838,60
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS	101.219.729,04	78.289.458,04
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO	-101.178.860,09	-77.201.157,77
INTERFERÊNCIAS ATIVAS ORÇAMENTARIAS	15.006.593,17	41.599.729,23
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	15.006.593,17	41.599.729,23
MUTACÕES ATIVAS ORÇAMENTARIAS	97.708.931,30	75.645.314,35
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	13.114.097,42	33.519.957,01
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	84.594.833,88	42.125.357,34
(-) INTERFERÊNCIAS PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	222,81	222,81
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	222,81	222,81
(-) MUTACÕES PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	177.954,75	197.831,33
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	177.954,75	197.831,33
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO APOS INTERF/MUTACÕES	11.358.486,82	39.845.831,67
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTARIAS	11.358.486,82	39.845.831,67
INTERFERÊNCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	35.820.042,06	22.392.746,63
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	35.711.414,96	17.343.981,32
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	106.218,32	5.036.000,13
OUTRAS INTERFERÊNCIAS ATIVAS	2.408,78	12.765,18
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	206.599.530,16	94.060.288,69
INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	202.745.592,80	92.861.102,08
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.853.937,36	1.199.186,61
(-) INTERFERÊNCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.819.435,91	14.483.417,68
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	169.795,53	236.964,22
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.606.362,65	13.145.388,01
OUTRAS INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	43.277,73	1.101.065,45
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	196.299.780,52	88.306.920,78
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	170.784.034,89	66.789.926,39
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	25.490.653,20	21.516.994,39
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	25.092,43	0,00
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERÁVIT OU DÉFICIT	55.658.842,61	53.508.528,53



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373058/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE M.G. DO SUL-INCRA/SR-15
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO 28/02/2011	PÁGINA 2

TÍTULOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	REALIZAÇÃO	EXCESSO OU INSUFICIÊNCIA DE ARRECADACÃO	TÍTULOS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	EXECUÇÃO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUÇÃO DE DESPESA
					MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITO				
					CRÉDITO INICIAL/SUPLEMENTA	0,00	107.815.912,78	93.800,86	107.722.111,92
					DESPESAS CORRENTES	0,00	13.020.480,82	93.800,86	12.926.679,96
					PESSOAL E ENCARGOS SOC	0,00	13.892,34	0,00	13.892,34
					OUTRAS DESPESAS CORRE	0,00	13.006.588,48	93.800,86	12.912.787,62
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	94.795.431,96	0,00	94.795.431,96
					INVESTIMENTOS	0,00	4.847.476,46	0,00	4.847.476,46
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	89.947.955,50	0,00	89.947.955,50
SUBTOTAL II					SUBTOTAL II	0,00	107.815.912,78	93.800,86	107.722.111,92
MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA									
SUB-REPASSE	104.472.504,10	104.472.504,10	15.006.370,36	89.466.133,74					
TOTAL	104.472.504,10	104.472.504,10	15.006.370,36	89.466.133,74	TOTAL	0,00	107.815.912,78	101.219.729,04	6.596.183,74
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	86.213.358,68	-86.213.358,68	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	104.472.504,10	104.472.504,10	101.219.729,04	3.252.775,06	TOTAL GERAL	0,00	107.815.912,78	101.219.729,04	6.596.183,74



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373058/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE M.G. DO SUL-INCA/SR-16
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2010	DEZ(FECHADO)
EMIÇÃO	PÁGINA
28/02/2011	1

VARIAÇÕES ATIVAS			VARIAÇÕES PASSIVAS		
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
ORÇAMENTARIAS	112.756.393,42	118.333.343,85	ORÇAMENTARIAS	101.397.906,60	78.487.512,18
RECEITAS CORRENTES	42.073,34	1.088.300,27	DESPESAS CORRENTES	11.175.121,49	9.837.418,87
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	42.073,34	1.088.300,27	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.892,34	10.659,36
DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.204,39	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.032.011,39	9.654.452,59
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	15.006.593,17	41.599.729,23	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	129.217,76	172.306,92
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	15.006.593,17	41.599.729,23	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	129.217,76	172.306,92
SUB-REPASSE RECEBIDO	15.006.370,36	40.067.597,65	DESPESAS DE CAPITAL	90.044.607,55	68.452.039,17
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	222,81	1.532.131,58	INVESTIMENTOS	4.845.652,05	9.660.482,31
MUTACÕES ATIVAS	97.708.931,30	75.645.314,35	INVERSÕES FINANCEIRAS	85.198.955,50	58.791.556,86
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	13.114.097,42	33.519.957,01	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	222,81	222,81
AQUISICÕES DE BENS	8.390.691,30	2.146.233,48	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	222,81	222,81
INCORPORAÇÃO DE CRÉDITOS	4.723.406,12	31.373.723,53	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	222,81	222,81
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	84.594.833,88	42.125.357,34	MUTACÕES PASSIVAS	177.954,75	197.831,33
RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	242.419.572,22	116.453.035,32	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	177.954,75	197.831,33
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	35.620.042,06	22.392.746,63	LIQUIDAÇÃO DE CRÉDITOS	177.954,75	197.831,33
TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	35.711.414,96	17.343.981,32	RESULTADO EXTRA-ORÇAMENTÁRIO	198.119.216,43	102.790.338,46
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	106.218,32	5.036.000,13	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	1.819.435,91	14.483.417,68
MOVIMENTO DE FUNDOS A DÉBITO	2.408,78	12.765,18	TRANSFERÊNCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	169.795,53	236.964,22
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	206.599.530,16	94.060.288,69	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	1.606.362,65	13.145.388,01
INCORPORAÇÕES DE ATIVOS	202.745.592,80	92.861.102,08	MOVIMENTO DE FUNDOS A CRÉDITO	43.277,73	1.101.065,45
INCORPORAÇÃO DE BENS IMOVEIS	1.865.430,73	1.300.989,47	DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	196.299.780,52	88.306.920,78
INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	54.015,27	22.475,00	DESINCORPORAÇÕES DE ATIVOS	170.784.034,89	66.789.926,39
INCORPORAÇÃO DE DIREITOS	201.426.146,80	91.537.637,61	BAIXA DE BENS IMOVEIS	8.834.664,81	2.987.382,85
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	3.453.937,36	1.199.186,61	BAIXA DE BENS MOVEIS	588.500,34	448.961,39
DÉFICIT			BAIXA DE TÍTULOS E VALORES	35.253.591,70	17.198.927,20
			BAIXA DE DIREITOS	126.107.278,04	46.154.654,95
			AJUSTES DE BENS, VALORES E CRÉDITOS	25.092,43	0,00
			DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	25.092,43	0,00
			INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	25.490.653,20	21.516.994,39
			RESULTADO PATRIMONIAL	55.658.842,61	53.508.528,53
			SUPERÁVIT	55.658.842,61	53.508.528,53
VARIAÇÕES ATIVAS	355.175.965,64	234.786.379,17	VARIAÇÕES PASSIVAS	355.175.965,64	234.786.379,17



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373058/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE M.G. DO SUL-INCRA/S1-16
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO	MES
2010	DEZ(FECHADO)
EMISSION	PAGINA
28/02/2011	1

RECEITA					DESPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT	0,00	0,00	101.125.928,18	-101.125.928,18
					DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	11.081.320,63	-11.081.320,63
					PESSOAL E ENCARGOS SOCI	0,00	0,00	13.892,34	-13.892,34
					OUTRAS DESPESAS CORREN	0,00	0,00	11.067.428,29	-11.067.428,29
					DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	90.044.607,55	-90.044.607,55
					INVESTIMENTOS	0,00	0,00	4.845.652,05	-4.845.652,05
					INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	85.198.955,50	-85.198.955,50
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	0,00	101.125.928,18	-101.125.928,18



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373058/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE M.G.DO SUL-IN CRA/SR-16
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO	MES
2010	DEZ(FECHADO)
EMISSAO	PAGINA
28/02/2011	1

TÍTULOS	2010	2009
DISPONIBILIDADE POR FR	-45.125.082,59	-45.125.082,59
DISPONIBILIDADE POR FR (SALDO INICIAL)	-45.125.082,59	-45.125.082,59
INGRESSOS	42.968.193,76	42.968.193,76
INGRESSOS EXERCICIO ANTERIOR	27.961.823,40	27.961.823,40
SUBREPASSE DIFERIDO RECEBIDO	222,81	222,81
ORDEM TRANSFERENCIA RECEBIDA	106.218,32	106.218,32
CANCELAMENTO DE RP NAO PROCESSADO	3.853.869,34	3.853.869,34
CANCELAMENTO DE RP PROCESSADO	68,02	68,02
RECURSO DE LIMITE DE RP RECEBIDO	24.001.444,91	24.001.444,91
INGRESSOS EXERCICIO ATUAL	15.006.370,36	15.006.370,36
SUBREPASSE RECEBIDO	15.006.370,36	15.006.370,36
DISPENDIOS	-102.826.091,69	-102.826.091,69
DISPENDIOS EXERCICIO ANTERIOR	-1.606.362,65	-1.606.362,65
ORDEM TRANSFERENCIAS CONCEDIDA	-1.606.362,65	0,00
DISPENDIOS EXERCICIO ATUAL	-101.219.729,04	-101.219.729,04
DESPESA EMPENHADA LIQUIDADA	-101.219.729,04	-101.219.729,04
OUTROS INGRESSOS/DISPENDIOS	14.000,00	0,00
DISPONIBILIDADE POR FR	-104.968.980,52	0,00
DISPONIBILIDADE POR FR (SDO FINAL)	-104.969.203,33	0,00
DISPONIBILIDADE DIFERIDA RECEBIDA	222,81	0,00
TOTAL	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373058/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2010	MES DEZ(FECHADO)
EMISSION 28/02/2011	PÁGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TÍTULOS	2010	2009	TÍTULOS	2010	2009
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-105.436.043,58	-46.319.717,22
			CREDITOS A RECEBER	-105.436.043,58	-46.319.717,22
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-105.436.043,58	-46.319.717,22
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENT	-454.471,76	-1.194.411,82
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-104.981.571,82	-45.125.305,40
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	105.423.675,09	46.319.494,41
			OBRIGACOES A PAGAR	105.423.675,09	46.319.494,41
			RESTOS A PAGAR	105.423.675,09	46.319.494,41
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	105.423.675,09	46.319.494,41
			VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	222,81	222,81
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	222,81	222,81
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	12.145,68	0,00
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-104.969.203,33	-45.125.082,59
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	104.981.571,82	45.125.305,40
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	104.981.571,82	45.125.305,40
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-222,81	-222,81
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-222,81	-222,81
	0,00	0,00	COMPOSIÇÃO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

Segue abaixo as informações das áreas acima de 10.000 ha.

- Imóvel: Fazenda 3M
- Código do imóvel: 911070003590-8
- Matrícula / Transcrição: 2.354 do CRI de Rio Brilhante
7.660 do CRI de Rio Brilhante
- Área do imóvel: 10.791,8000 ha (georreferenciado) Registro: 10.742,6000 ha
- Município: Nova Alvorada do Sul
- Proprietário: Serafim Meneghel

O CCIR do referido imóvel permaneceu inibido por motivo de domínio não comprovado em razão de matrícula bloqueada.

O processo de fiscalização cadastral nº 54290.004020/2010-41 cujo objeto é o imóvel supracitado ainda não foi enviado à Procuradoria-Geral do Estado.

19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

Considerando as inúmeras dificuldades enfrentadas pela Superintendência Regional do INCRA em Mato Grosso do Sul, SR 16(MS), e, visando prevenir os eventuais problemas que possam surgir nas próximas gestões, faz-se necessário algumas medidas mitigadoras tais como:

- a.** Estabelecimento de critérios definidos na escolha de Superintendente Regional do Incra e demais gestores, onde a Autarquia deverá exigir de seus gestores conduta moral ilibada, compromisso com a moral, a ética, e com uma reforma agrária de qualidade;
- b.** Manter o controle sobre as intervenções que os movimentos sociais detêm no Incra, que acabam por prejudicar a atuação dos servidores;
- c.** Disponibilizar espaço físico adequado para o pleno desenvolvimento das atividades dos servidores, sobretudo no setor responsável pela elaboração de mapas temáticos dos laudos de vistoria/avaliação, que é a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.
- d.** Aumentar o número de servidores de apoio administrativo;
- e.** Disponibilizar equipamentos de Proteção Individual (EPI) necessários às atividades de campo;
- f.** Definição de metas plausíveis com a capacidade de trabalho na superintendência.
- g.** Empenho da administração central no pagamento das áreas destinadas à Reforma Agrária.
- e.** Qualificar os gestores (chefias, Direção, Superintendentes) visando melhorar a gestão do órgão;
- f.** Modernizar os sistemas de gerenciamento, aprimorar e estabelecer rotinas, criando fluxo e padronizando procedimentos.